



*Celina*

**Município de Macedo de Cavaleiros**

**Assembleia Municipal**

**ATA N.º1/2025**

(Mandato 2021/2025)

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.**

**Presidente** – *Camilo António Morais*


**Primeiro Secretário** – António José da Costa Vila Franca (em substituição de José Carlos Vasco Jecas)

**Segundo Secretário** – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----

*Paulo Jorge Ferreirinha, Carlos Maravilha Azevedo, Vera Cristina Amaral Gabriel, Carlos Alberto Fernandes, e Sandra Cristina Batista Matos, Lília Margarida Pereira da Silva, José António da Silva Madalena, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, que foram substituídos, respetivamente, por Bruna Alexandra Venceslau Fernandes, Ana Cristina Valdemar Quintas, Fernando Humberto Gomes, Paulo Sérgio Maravilha Gasalho, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Paula Cristina Ferreira Martins, Beatriz Isabel Mata Pires.* -----

Por impossibilidade de estarem presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carrapatas, *Maria Adelaide Serra Carvalho*, fez-se substituir pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, *Hélder Augusto Pissarro Alves*, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olmos *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia *Cláudia Maria Trinchete Peludo* e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de



Morais, *Ramiro Borges Valadar*, fez-se substituir pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, *Francisco José Afonso Salomé*. -----

Faltaram à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais *Bruna Alexandra Venceslau Fernandes, Duarte Ferreira Dias, Paulo Sérgio Maravilha Gasalho, João Nuno Ferreira Pires, José Manuel Fernandes e João Manuel Rodrigues Alves*. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho Sónia de Jesus Afonso Salomé e Susana Alexandra Esteves Viana* e os Vereadores em regime de não permanência e os Vereadores em regime de não permanência *António Nuno Batista Mendes de Moraes, Clementina Augusta Marçal Gemelgo e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 55 Deputados Municipais: *Camilo António Moraes, Celina da Conceição de Sá Martins, Rogério Paulo Talhas Pires, Manuel António de Sá Mico, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes, Luís Miguel Pereira Vaz, Ilídio João Alves, Ana Cristina Valdemar Quintas, Dinis António Tiago Sarmento, Paula Cristina Ferreira Martins, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Maria José Vieira Teodoro Moreno, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, António João Alves Trovisco, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, Beatriz Isabel Mata Pires, Amâncio dos Santos Rocha, Daniela de Almeida Rebelo, Manuel Jorge Machado Olaio, António José da Costa Vila Franca, Francisco Inácio Alves Oliveira, Ana Isabel Pedro Martins, Hélder Augusto Pissarro Alves, Andreia Isabel Moraes Eugénio, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Moraes, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Francisco José Afonso Salomé, Cláudia Maria Trinchete Peludo, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins e Jorge Orlando Pires Asseiro*. -----



O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta. -----  
-----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro)

**1 - Tomada de Posse da Assembleia Municipal Jovem de Macedo de Cavaleiros (AMJ).** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ato de tomada de posse dos elementos da AMJ. O registo das assinaturas foi recolhido num documento intitulado “Ata de Tomada de Posse”, que se dá como transcrito ficando uma cópia apenas à presente ata juntamente com a documentação da sessão. -----  
-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que dirigindo-se à Assembleia Municipal Jovem que agora acabou de tomar posse disse “ é com grande orgulho que vos temos aqui hoje, é com grande orgulho que vos temos tecido elogios, pela vossa colaboração e pela vossa participação e pela vossa atitude cívica. É muito importante, nós termos a sensibilidade dos problemas que vos tocam, a vocês e a todos os jovens. Obviamente que não basta ter um Orçamento Participativo Jovem, não basta nós termos sensibilidade para os jovens, nós temos de os ter próximos de nós e que partilhem connosco quais são os seus anseios e quais são as suas dificuldades em poderem ter uma convivência rica e com ideias jovens. E isso só é possível se vocês tiverem um fórum como é a vossa AMJ – Assembleia Municipal Jovem, onde nós podemos ouvir o que vocês têm para reivindicar, poderem dizer aqui aquilo que está mal para a juventude e, isto serve para todas as vertentes porque aqui discutimos todas as vertentes da Comunidade e o mesmo acontece aqui com os jovens. Portanto aquilo que eu tenho para vos dizer é que desejo que este vosso mandato seja profícuo e nos ajude a evoluir e a crescer enquanto Assembleia Municipal e enquanto Executivo politicamente possamos crescer e aprender com a vossa postura, porque é verdade que nós aprendemos muito com os jovens. Nós temos deveres e temos direitos e estamos cá para os cumprir e para os reivindicar. Obviamente que podeis contar connosco enquanto Executivo, podeis contar com a Assembleia Municipal porque obviamente a Comunidade só tem a ganhar com a vossa participação. Portanto sejam todos bem-vindos e desejo-vos um bom mandato.” -----  
-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** antes de entrar no período de antes da ordem do dia colocou à consideração do Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Processo da Criação da Freguesia de Murçós. Este processo foi enviado para a Assembleia Municipal pela Assembleia e pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, tendo em vista a Criação de uma nova Freguesia (Murçós). Pergunto se há alguém se opõe à inclusão deste ponto. -----  
Posto à votação foi aprovada por unanimidade a inclusão deste assunto na ordem do dia como ponto 9. -----

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----**

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Desde a última Assembleia foram realizados vários eventos nas Freguesia e também em Macedo e acho que estamos de parabéns. A última Edição da Feira da Caça voltou a ser um êxito e quanto a mim, acho que já precisa de mais espaço e é preciso que a câmara trabalhe no sentido de se melhorar esta questão (espaço). Aproveito também para dar os Parabéns à Câmara por uma coisa que me toca muito. Tenho conhecimento que já foi iniciado o Projeto de Recuperação das Igrejas de Lamalonga e de Vilarinho de Agrochão, tendo já os técnicos do IPA estado no local e já estão a elaborar o projeto de requalificação daquelas duas Igrejas, facto que me deixa muito feliz, porque falando na de Vilarinho de Agrochão está em muito mau estado, quase a cair. Depois pretendia fazer uma pergunta relativamente à polémica do terreno de Podence, deixando aqui a mensagem a todos os Srs. Deputados, porque eu acho que “aquilo” é de todos e portanto não devemos levar esta questão para a política porque na verdade todos estamos empenhados em resolver esta questão dos terrenos. Outra questão está relacionada com o projeto denominado “Condomínios da Aldeia” que gostaria que explicasse a esta Assembleia do que se trata e o que beneficia com este projeto o nosso concelho e o nosso território.” -----

**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ De acordo com os dados referentes aos “Fundos Municipais” e os documentos denominados “Análise Sintética”, emitidos pela CCDR-N, o concelho de Macedo de Cavaleiros auferiu em 2024 de 16.011.781,00€. Em termos de taxa de crescimento



destes fundos, significa isto que o nosso concelho desceu em 2024 da 1ª, para a 6ª posição, sendo ultrapassado por concelhos como Vila Flor, Miranda do Douro e Vimioso. Quer isto dizer que o valor que Macedo recebeu dos recursos públicos do Estado em 2024, apesar de ter crescido, esse mesmo crescimento fica aquém do crescimento dos outros concelhos que assumiram posições mais elevadas. -----

Ora, tendo em conta a Lei 73/2013, de 3 setembro e a sua republicação, 51/2018, de 16 de agosto, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios ocorre mediante e cito: -----

- “Uma subvenção geral, determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cujo valor é igual a 19,5% da receita média proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas (IRS e IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA)”;
- “Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às competências transferidas da Administração Central para os Municípios”;
- “Uma participação variável de 5% no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no respetivo concelho”;
- “Uma participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos sectores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás”.

Isso significa que os concelhos que ficaram melhor posicionados no ranking da taxa de crescimento, coletaram, sob as formas que atrás referi, maior receita. -----

Em suma, esse crescimento deve-se tão só e apenas ao facto desses concelhos terem economias locais de maior dinâmica, nomeadamente em questões relacionadas com maiores e/ou melhores rendimentos dos seus cidadãos e empresas e, conseqüentemente, maior consumo de serviços primários e secundários. -----

Ao contrário daquilo que foi argumentado em reunião de câmara, Miranda do Douro, não sobe nesta tabela à custa das barragens, tal como os restantes não sobem à custa do Índice Demográfico. As barragens não contribuem com qualquer receita para o município de Miranda do Douro. Aliás, é sabido que aquele município, associado ao Movimento Cultural de Terras de Miranda vêm lutando, desde pelo menos 2020, pela regularização dessa situação. É simples. Concelhos cujas dinâmicas industriais e comerciais crescem, são concelhos cuja população existente ganha maior capacidade de consumo e concelhos cuja população é mais provável aumentar. -----

Senão vejamos: -----

• De acordo com informações da PORDATA e do INE havia, em Macedo de Cavaleiros: - 3160 empresas em 2021; - 3134 empresas em 2022 e 3087 empresas em 2023. -----

• Para além disso, o número de trabalhadores associados às mesmas, diminui de igual forma, nomeadamente de 2022 para 2023, tal como diminui o volume de negócios, apesar das enormes taxas de inflação que ajudam a que o valor da diminuição não seja ainda pior. E este facto, por si, já é um bom ponto de partida para explicar o porquê do abrandamento da taxa de crescimento dos Fundos Municipais atribuídos ao nosso concelho. Mais e melhores empresas, mais trabalho, mais possibilidade de crescimento populacional, mais dinâmica de consumo, mais e melhor comércio, mais receita passível de coleta e mais captação de Fundos Municipais.” -----

**DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS)** - *Que usando da palavra disse:* “Como já tive oportunidade de partilhar noutras intervenções o CDS acredita que este local é a Sede própria para a partilha e discussão de opiniões bem como para a solução da nossa responsabilidade de escrutínio ao serviço da causa pública e servindo assim os melhores interesses de quem nos elegeu para os representar, os macedenses. -----

Não foram poucas as vezes que temos perguntado e questionado sobre os mais diversos temas relacionados com a Zona Industrial, ora ia ser reconvertida, ora ia ser concluída, ora iria receber indústria com expressão em escala, ora passamos a ser associados de Associações que não trouxeram retorno visível, (apenas quotas para uns são pouco significativas mas para outros são impostos suados) ora os macedenses são muito pacientes e têm vindo a aguardar e a aguardar. -----

Tal como já dissemos no passado a Zona Industrial existente urge em ser concluída mas concluída com estratégias atualizadas eficazes e efetivamente atrativas, continuamos a desperdiçar um recurso privilegiado e estratégico para a economia do concelho. O CDS ainda ambiciona e não desistirá de uma Zona Industrial de referência, caracterizada pelas melhores práticas e serviços de qualidade, capaz de colher os mais diversos setores produtivos e mais inovadores modelos de negócio e que garanta uma melhor qualidade de vida dos seus ocupantes e utilizadores. O crescimento do turismo, como todos sabemos, tem evoluído de forma muito interessante no nosso concelho, contudo, não podemos depender de uma só aposta económica como forma sustentável para a criação de postos de trabalho, fixação de população e de mão-de-obra técnica qualificada. -----


Eu gosto muito de ditados e dizeres antigos e gosto em particular de um para esta situação que é “...não devemos colocar os ovos todos no mesmo cesto...”. Macedo é um território com potencial difícil de igualar com recursos endógenos, naturais e



6  
cel  
G

geográficos raros, com valor humano subaproveitado, com juventude a necessitar de estímulos, com seniores a precisarem de mais atenção, com a indústria a necessitar de uma nova macro visão sustentável e transformadora perante a atual realidade, o que me alavanca para outro tema que não podemos deixar que fique adormecido. Sem a nossa Zona Industrial significativamente fortalecida como pretendemos ser um voto firme na materialização da ligação ferroviária à Góndima? E sobre isto, questiono se algum passo concreto, foi dado desde da última vez que se falou sobre este tema Senhor Presidente? Alguma pequenina conquista? Conseguimos somar algum facto palpável ao processo? Ao sonho? Não poderia deixar de referir outro tema que tem sido muito importante acompanhar. O apoio financeiro de 4 mil milhões de euros, acordado com o Instituto da Habitação de Reabilitação Urbana em 2021, no âmbito do Primeiro Direito, perguntamos: continua apenas alocada ao Bairro da Alegria, perante a escassez de habitação, onde pretende dar esta resposta? Noutros edifícios públicos? Poderemos parecer repetitivos aos olhos de uns, ou sonhadores aos olhos de outros, a isto respondo que somos resilientes e focados nas causas. Não desistimos daquilo que acreditamos ser o melhor para Macedo.” -----

**LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Algumas das coisas que eu vinha aqui dizer, já foram ditas ou já foram iniciadas por todas as pessoas dos vários quadrantes políticos que vieram aqui falar. Mas não posso deixar de referir que por vezes nos esquecemos que temos mais em comum do que as coisas que nos separam. E a Deputada Municipal Daniela Rebelo disse, e com razão, que aqui é que se devem discutir os assuntos e pese embora o facto de estarmos em ano de eleições autárquicas, mas sempre que criamos e às vezes não somos nós especificamente, mas até gostamos de ver o que acontece, como aconteceu com a publicação em Podence dos Caretos, como já aconteceu com outras publicações nos últimos tempos, sempre que isso acontece, como foi o caso dos pórticos no Azibo, no ano passado, quando alguém que quer investir em Macedo, que quer visitar Macedo como agora nos Caretos, que quer viver em Macedo, olha para o Facebook, e vê algumas coisas que não deviam estar publicadas, ou seja, que quando vê parece que aqui é tudo mau, mas não corresponde à verdade até porque se fosse tudo mau não estaríamos aqui a defendê-lo. Acho que todos nós devíamos por vezes conter-nos muitas vezes de o fazer e devíamos até incentivar os outros a não o fazer também. Acho que devemos ter uma luta política e tem que ser aguerrida, que temos que fazer um debate ideias, que temos que elevar um bocado o nível, porque nem as coisas estão tão más como dizem estar. Se calhar podia estar melhor, ninguém é perfeito,



nenhum presidente de câmara o foi até agora e nenhum o irá ser a partir de agora, mas mais uma vez, e já o disse aqui, vamos debater ideias e não vamos criticar a decisão de alguém. Muitas das vezes o Sr. Presidente Benjamim Rodrigues, à semelhança de outros presidentes que passaram por aqui, podem estar certos, podem estar errados, mas digam-lhe então qual é a alternativa. -----

E em relação a isto e também um pouco um relação ao que se disse aqui, a minha ideia é que Macedo, para além do turismo, tem pelo menos mais três vetores em que tem que se focar, como é o caso da agricultura, pois somos um concelho do tamanho da Ilha da Madeira, e ainda hoje temos muitos terrenos a passar pela ciclovia e eu, vou muitas vezes a Espanha, e não há um terreno é mesmo impossível encontrar um terreno agrícola fértil perto de uma de uma aldeia ou de uma cidade, como estão aqueles terrenos ali sem estarem a ser utilizados o que leva a acreditar que algo está a falhar. Serão incentivos, serão políticas? Não sei. Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara o que é que estamos a fazer, o que é que temos planeado a nível da agricultura e da pecuária que são importantes e o que já se fez até agora, e quais foram os resultados. Sim, é verdade que o comércio local já esteve melhor. Ainda ontem falava deste assunto com outras pessoas, em que concordávamos que não era apenas responsabilidade da câmara porque também o COVID deu-nos outras vivências, passamos a estar mais em casa, a saber que primeiro fomos obrigados, mas agora até temos algum gosto em ficar por casa e obviamente que isto se reflete por exemplo na restauração. A nível do comércio local e a nível da indústria, o que é que se está a fazer, quais são os apoios que se estão a dar e se pedimos indústria, se pedimos mais empregos qualificados, também temos que proporcionar-lhes a respetiva qualificação aqui. Temos o Edifício SideUp, onde já temos a Escola de Negócios, o Piaget tem cursos profissionais, temos tido mestrados e se o Sr. Presidente também pudesse fazer um resumo do que temos até aqui e do que é que queremos fazer daqui para a frente, agradecia. Acho que são três coisas prioritárias, que possivelmente estão longe de estar perfeitas, mas também pode acontecer não estaremos informados o suficiente sobre o que está a acontecer para o poder partilhar e para poder melhorar ainda o que pode acontecer." -----

**SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** - Que no uso da palavra disse: " Sr. Presidente, o assunto que me traz aqui hoje prende-se, uma vez mais e sublinho sim, uma vez mais, com o Jardim de Infância de Travanca, encerrado no fim do ano letivo passado. -----

Como bem sabe Sr. Presidente, mal tive conhecimento do encerramento do Jardim de



celi

Infância, manifestei publicamente nesta Assembleia a minha oposição contra a decisão. Ainda assim porque a decisão de encerramento não dependia de mim nem da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros e o fecho se veio a verificar, indaguei, de imediato, também nesta Assembleia, do destino a dar ao imóvel no futuro. ----- Mais, manifestei o interesse em nome da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros na cedência das instalações do Jardim de Infância, para ali implementar um projeto de cariz social e educativo criando e dinamizando um Pólo de animação gerador de dinâmicas locais, juntando diferentes gerações para reduzir o isolamento dos mais velhos e transmitir conhecimentos aos mais novos, enquanto se convive e preserva a identidade cultural da aldeia e da freguesia e se a Camara Municipal de Macedo de Cavaleiros concordava com a cedência do edifício nos termos pretendidos. Intervenções realizadas na Assembleia Municipal de abril de 2024 e no âmbito da qual me foi respondido pelo Sr. Presidente que iríamos dialogar. ----- Posteriormente, à Assembleia Municipal de 23 de julho voltei a questionar o Executivo sobre o mesmo assunto, tendo-me sido respondido que: "...o que nós queremos é as escolas aproveitadas o melhor possível, paradas é que não..." Palavras suas, Sr. Presidente! ----- Depois na Assembleia Municipal de 27 de Setembro a mesma promessa de diálogo e coordenação com a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros. ----- Ainda informalmente via telefónica entrei em contacto com o Gabinete de Apoio à Vereadora responsável à data, Susana Viana, com promessa de agendamento de reunião para discussão do assunto, o que não veio a suceder. ----- Por sua vez, também através de ofício enviado no dia 6 de fevereiro por carta registada com aviso de receção, datada do dia 7 de fevereiro a solicitar reunião sobre o assunto (*tenho aqui o ofício, que grosso modo diz o seguinte "depois de ouvida a população de Travanca e de esta estar em consonância com a pretensão da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros em usufruir do edifício do Jardim de Infância, venho por este meio solicitar a cedência gratuita do espaço, por contrato de comodato, para ali promover um conjunto de atividades destinadas à formação, animação e apoio à comunidade. Com o objetivo de discutir o assunto solicito o agendamento de uma reunião com o Sr. Presidente do Município de Macedo de Cavaleiros*). Está aqui Sr. Presidente se quiser ver. ----- Qual não é o meu espanto quando no início desta semana, dia 24 de fevereiro, tomei conhecimento através de notícia pública da União das Mutualidades Portuguesas, de que o edifício do Jardim de Infância vai ser utilizado e servir de base ou sede logística, se bem compreendi, para a execução do projeto no âmbito da saúde mental a

anunciar, naquele espaço, no próximo dia 27 de Março. -----  
Certo é que até ao dia de ontem, ontem, repito, nunca obtive qualquer tipo de resposta, nem ao ofício enviado por carta registada, nem aos contactos estabelecidos para agendamento de reunião, não obstante ser parte interessada em representação da população de Travanca e, repita-se, ter manifestado e justificado interesse no edifício. E efetivamente só ontem, obtive resposta escrita da Sr.ª Vereadora Sónia Salomé a informar que o imóvel já se encontra comprometido, a confirmar que ali vai funcionar o tal projeto para a saúde mental, que a união das mutualidades havia já divulgado anteriormente. -----  
Aqui chegados cumpre perguntar: - O porquê da ausência de resposta atempada às minhas solicitações? - O porquê do não agendamento da reunião prometida? - O porquê da tomada de decisão da Câmara ali implementar o projeto de saúde mental à revelia da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros e de todos os Macedenses e habitantes de Travanca, que nunca foram ouvidas? -----  
Sr. Presidente não tenho dúvidas que o edifício podia e deveria reverter a favor da população de Travanca com a instalação de um projeto social como sempre foi e é intenção da Junta de Freguesia da Macedo de Cavaleiros, em resposta aos anseios e às necessidades daquelas gentes. -----  
Não haveria um local, um lugar, um sítio ou edifício alternativo em Macedo de Cavaleiros para a instalação do projeto de saúde mental? -----  
Não deveria ter sido a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros e a população de Travanca ouvida? -----  
Não há espaço no edifício SidUp, antigas instalações do Piaget que tem vindo a ser cedidas pela Câmara Municipal a outras Associações, que já foram aqui referidas? ----  
Ou quando não, no primeiro andar do Mercado Municipal que o Sr. Presidente transformou em salas e escritórios? -----  
Não teria servido o Edifício da Escola do Sobreiró em Chacim, por exemplo, para este propósito, ao invés de a venderem, dando vida e movimento à Freguesia de chacim já conhecida pelo Colégio com os seus estudantes? -----  
E o Edifício das Antigas Instalações do CallCenter perto do Estádio Municipal de Macedo de Cavaleiros está a ser utilizado? -----  
De facto todo o secretismo, a ausência de resposta atempada, e o terem ignorado em absoluto o projeto pela Junta de Freguesia programado, não pode deixar de ser interpretado como falta de lealdade institucional entre a Câmara Municipal e quem a representa para com a Junta de Freguesia de Macedo e a população de Travanca. População que, repita-se, nunca foi tida nem achada neste processo, tendo o direito de ser informados previamente, e que desde o dia 25 se mobilizou com um abaixo-



car  
S

assinado, porque efetivamente querem ser ouvidos e ter voz ativa nesta decisão, abaixo assinado, esse, onde já constam cerca de 300 assinaturas e cujos assinantes não se inibirão de manifestar o seu descontentamento publicamente. -----

Sr. Presidente, este assunto não se resume a uma questão de urbanidade ou bom tom, mas antes à violação grosseira e propositada dos direitos de cooperação e colaboração institucionais, que o Sr. Presidente parece que faz questão de manter apenas com algumas das Freguesias, negligenciando, uma vez mais a população de Travanca. -----

Antecipando a resposta do Sr. Presidente a esta interpelação, adianto desde já, que não sou contra o Projeto de Saúde Mental. Não Sr. Presidente, que fique claro que aplaudimos a iniciativa da União de Mutualidades Portuguesas em parceria com o Município de Macedo, Bragança e Mirandela. Discordamos apenas do local de implementação. Travanca e as suas gentes tal como eu agradecemos resposta concreta às perguntas feitas. Que justificação tem a dar às gentes de Travanca? Ou acha que não lhe merecem qualquer explicação por terem sido simplesmente ignoradas neste processo?-----

-----  
**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O assunto que me traz aqui é pacífico. Penso que é um assunto transversal a todas as bancadas e portanto acho que não vai haver aqui conflitos. E é um pedido de partilha que eu faço ao senhor presidente da Câmara relativamente à visita que efetuou ao Vaticano. Dizer ao Sr. Presidente da Câmara que de todas as saídas que tem tido, esta, é a única que me tocou e que sinceramente, se fosse convidado, eu dizia que sim, e também tinha ido, e aproveito para desejar já as melhoras ao Papa Francisco. Se calhar, os que o acompanharam nesta viagem tiveram a oportunidade de estar com o último líder verdadeiramente líder global e foi uma experiência que espero que vos tenha marcado. Mas, de qualquer maneira, o que eu venho aqui pedir é que partilhe connosco o que vivenciaram nesse dia memorável. Eu retive das Jornadas Mundiais da Juventude, as palavras do Papa Francisco, “todos, todos, todos”. Agora, eu não sei se vocês transformaram esse “todos” que era direcionado ao povo, ao povo crente e ao povo não-crente aos de direita e aos de esquerda aos desta bancada e aos daquela, o Papa Francisco com estes “todos” ligava-se ao povo. Agora e o que eu vi, não sei se vi bem, mas eu vi lá 4 Presidentes, o Presidente dos Padres, o Presidente dos Caretos, o Presidente da Assembleia, e o Presidente do Município, não sei se também havia povo com vocês mas espero que essa partilha nos esclareça também que ensinamentos nos trouxeram, porque eu fiquei curioso. -----

Agora outro assunto que acaba por estar relacionado com este e muitas vezes aqui nas nossas ruas, eu ouço e vejo coisas que não batem certo com o seu discurso e, interrogo-me porque será? -----

O Senhor Presidente da Câmara fala muitas vezes das viagens e tem realmente de fazer essas viagens para ter conhecimento e para ter mundo – isto são palavras suas - e depois nessas viagens vê terras mais evoluídas, vê muita gente e depois regressa aqui à Câmara Municipal e é recebido com entusiasmo pelos “seus” da Câmara Municipal, onde realmente estão, se calhar, o maior número de pessoas por metro quadrado aqui do nosso Município... -----

E depois quando sai da Câmara Municipal para trabalhar o Sr. Presidente, já se queixou que não consegue, estar em duas festas ao mesmo tempo. Portanto, sai da Câmara e vai para as Festas ou para as Feiras onde está outra vez muita gente e por isso, se calhar está numa bolha, que se calhar não lhe dá realmente a realidade das coisas, pelo menos é o que eu ouço e que não bate certo com esse seu discurso que está tudo bem e que vamos todos no bom caminho. -----

Outra coisa que o senhor Presidente nos vende é humildade de andar num “Peugtzinho”, eu também não me revejo nisso. Se há pessoa humilde é o Papa Francisco, mas ele tem motorista, o senhor Presidente, diz que não quer motorista nem o tem. Se calhar, senhor Presidente, em vez de falar com essa gente toda se tivesse um motorista, se calhar, ele dizia-lhe - olha que está mal isto, olha que está mal aquilo - assim como não tem essa ligação, digo eu que o povo, se calhar, fica nessa bolha e nessa ilusão que está tudo bem, ou então se não for um motorista, caso não queira alargar o mapa de pessoal da Câmara, se calhar num táxi, mas atenção tem que ser um taxista que não tenha a mulher, ou um filho a trabalhar na câmara, tem que ser um taxista isento que assim se calhar esse dava-lhe uma visão da realidade, talvez um bocadinho diferente daquela que às vezes nos dá aqui. Mas agradecia esta partilha da visita que fizeram ao Papa Francisco.” -----

**PATRICIA ALEXANDRA NUNES CORDEIRO (PS)** - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ O sucesso da inscrição do Carnaval de Podence na lista representativa do Património Cultural Imaterial, é um reconhecimento que tem sido fonte de imenso orgulho para todos nós e é hoje, indubitavelmente, o elemento que mais contribui para o reconhecimento do concelho no país e no mundo. À medida que nos aproximamos das celebrações deste ano, é importante, efetivamente refletir sobre o que tem acontecido e a situação relativa ao terreno que tem estado no centro da discussão sobretudo nos últimos dias, embora este processo seja já longo, como é do conhecimento de todos nós. -----



car  
[Handwritten signature]

Este terreno tornou-se parte integrante das atividades do Entrudo com o crescimento do número de visitantes e representa agora mais do que uma simples propriedade, representa a nossa capacidade coletiva de organizar e de integrar um conjunto de atividades paralelas que se foram desenvolvendo, que fomentam hoje a visita de milhares de pessoas durante estes dias que geram impacto, sabemo-lo bem, não apenas localmente nas regionalmente. -----

Entendo que tanto o Município como a Associação dos Caretos partilham o mesmo objetivo - a proteção e a promoção do património cultural - associado ao Carnaval de Podence e, para isso, uma organização exemplar é fundamental. -----

A recente decisão da Associação de cancelar as atividades planeadas e a sua exposição pública para este local deriva, de uma genuína, preocupação pelas tradições que preservam e pela responsabilidade que assumiu ao longo dos anos da sua organização e a sua frustração é compreensível e a sua voz merece toda a nossa atenção, os meios talvez pudessem ter sido feitos de outra forma. -----

Quanto à posição do Município, sabemos como já foi aqui comunicado anteriormente, que foram já concluídas negociações com alguns proprietários, o que demonstra compromisso real em resolver a questão, no entanto, o processo de aquisição das parcelas restantes têm, como temos visto, incide em volta em dificuldades de negociação e dificultada conclusão, tornando este processo, muito mais complexo e prolongado que era importante que fosse. -----

É por isso, importante reconhecer que as consequências estão aí, são as que testemunhamos e, por isso, gostaria de lhe pedir, Senhor Presidente da Câmara que nos pudesse esclarecer aqui publicamente sobre os passos que pensa dar para resolver no futuro breve a situação. Ou seja, que passos tomará e quando, e segundo creio, que é extremamente importante tomar medidas para melhorar esta comunicação e trabalho conjunto entre a Associação e o Município, de modo a prevenir situações semelhantes no futuro. Penso que isso teria sido importante, sobretudo para explorar soluções alternativas que permitissem ajustar a realização de todas as atividades programadas para este ano que não aconteceu. -----

O que não podemos aceitar e como foi transparente também no discurso dos meus colegas de bancada é aceitar a politização do nosso Património Cultural. O Carnaval de Podence pertence a todos nós, não a qualquer facção política, nem somente ao Município, nem somente à Associação. É o nosso "tesouro" coletivo reconhecido pelo mundo através da UNESCO e a sua preservação requer o esforço de todos. Acredito que o Município e a Associação continuarão a traçar um caminho comum, trabalhando em conjunto para superar estes desafios e garantir que o nosso Carnaval continue

prospero. Em exemplo desta colaboração, aproveito este momento para divulgar e para convidar todos também para a apresentação dum projeto, do qual também faço parte, das Oficinas de Turismo Cultural e que decorre amanhã à tarde no Wellcome Center do Azibo, e este é apenas um dos projetos de colaboração que envolvem também a Associação e o Município. Obrigada pela vossa atenção." -----

-----  
**MARIA JOSÉ VIEIRA TEODORO MORENO (PSD)** - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: "É um gosto estar aqui a partilhar convosco, tanto com a bancada como qualquer setor político, porque realmente é uma mais-valia, porque na política tem que haver discussão, tem que haver reflexão, tem que haver uma crítica muito positiva e perante essas circunstâncias, com todo o respeito, ó Senhor Presidente, eu olho para o nosso concelho, com alguma preocupação. -----  
O Executivo em funções em 8 anos de governação foi incapaz de promover qualquer tipo de mais-valia estrutural ou de resolver quaisquer problemas conjunturais no nosso Território. O Executivo não antecipa, o Executivo não planeia, o Executivo não resolve problemas, prefere fazer remendos e nunca assume responsabilidades.-----  
Senhor Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Cordeiro, no ensejo do Carnaval, tu que foste uma das pioneiras com o outro governo que aqui esteve anteriormente, ninguém politiza o Carnaval. O problema aqui do Carnaval deve-se simplesmente a um Órgão, a uma Câmara Municipal que em 8 anos, não conseguiu resolver um problema, poderia ter sido resolvido e que não fez. Perante essas circunstâncias, não podemos branquear passado e vocês gostam muito de branquear o passado, por isso, temos que ser aqui claros, porque a política também é reflexão meus amigos, a política é crítica, reflexão, discussão é tudo, mas com ponderação, por isso, minha querida neste aspeto, eu acredito que se este Órgão que está eleito e em execução tivesse falado, as coisas teriam sido agilizadas de outra maneira. Em 8 anos, sim, teve 8 anos para o fazer e não fez por isso, perante essas circunstâncias, eu só não politizo isto, eu simplesmente imputo a responsabilidade a um Órgão e a incúria de não fazer e de "empurrar com a barriga" e uma certa procrastinação. -----  
Mas, perante essas circunstâncias, torna-se urgente trabalhar Macedo, Cidade as suas Freguesias que não podem viver mais tempo no marasmo em que se encontram e afundam tem de existir parceria entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, pois estas formam o nosso concelho, formam o nosso território. Ó Senhor Presidente, durante o seu mandato e como decisor político, deveria ter como desígnio o território como um todo onde as freguesias, cada uma com a sua essência tecem o concelho. Tem de existir equidade, trabalho, com verdadeiro espírito de cooperação, (independentemente dos intervenientes políticos) tem de existir, acima de tudo,



respeito pelos cidadãos que habitam essas Freguesias, não esquecendo nunca, a nossa Cidade, que está morta. -----

Senhor Presidente, nestes 8 anos do seu mandato, com todo o respeito, teve o cuidado de tratar de igual forma, em todas as vertentes, as Freguesias do seu concelho? Eu respondo. Não, não teve. O Senhor Presidente, teve a infelicidade de ter um executivo frágil que nunca colocou o concelho em primeiro lugar, não atua com sentido de responsabilidade, quer nas questões sociais ou económicas, não existe competitividade, logo temos um concelho congelado no tempo, e em "linguagem futebolística" e falta-nos cá o Senhor Vereador do Desporto - estamos na última Divisão do Distrito. Não pode ser, como disse ali o meu colega e os outros colegas aqui referidos. Este concelho é o coração do Nordeste, é o coração do Distrito, e estamos com "AVC" neste momento, perante essas circunstâncias, já que o Senhor é médico, por favor, faça lá uma reabilitação, uma reavaliação, nisto para que a as coisas funcionem. -----

Mas para debater o estado do Concelho, isto é uma reflexão que eu estou fazer, torna-se necessário sermos capazes de responder a algumas questões em particular. Desde há 8 anos a esta parte, eu vou perguntar: - encontramos-nos, de facto, melhor ou pior? Temos uma cidade viva, movimentada, criativa ou não? Macedo é hoje um Município com uma sustentabilidade económica e financeira estável e equilibrada? Sim ou não? Não venha cá com o passado que o senhor agora diz que é das contas positivas, por isso, faça favor passaram 8 anos, e não vamos lá para trás. Temos razões para acreditar que não, Senhor Presidente, por isso, perante todo este meu discurso, vocês façam-me um favor. Olhem, vejam, reavaliem, nós não estamos aqui a digladiar-nos, porque quer que seja, estamos digladiar-nos pelo mesmo fim, que é termos uma cidade pujante, um concelho próspero e termos Freguesias com gente e pessoas. Por isso, Senhor Presidente, gostaria que viesse comentar esta minha introdução e esta minha reflexão, com a sua boa oratória que é prática comum na sua pessoa." -----

**BEATRIZ ISABEL MATA PIRES (CDS-PP)** - Que fez a seguinte intervenção: " Antes de mais, senhor Presidente devo dizer que gostei muito das suas palavras aos nossos Deputados Jovens, agora era bom que as palavras passassem a ações e eu, conto consigo para isso. -----

Gostaria de começar por destacar o êxito que foi, mais uma vez, a Feira da Caça. Este evento tem-se afirmado como uma das nossas imagens de marca, atraindo visitantes de todo o lado e promovendo o nosso concelho de forma exemplar, no entanto, não podemos ignorar um problema que se tornou evidente. O espaço dedicado aos



restaurantes e bares torna-se demasiado pequeno e desconfortável face à grande afluência de pessoas. Esta é uma questão que merece a nossa atenção para que melhoremos a experiência dos visitantes e potencializemos ainda mais o sucesso desta Feira, mas a feira da caça já passou e o tema que trago aqui hoje prende-se sobretudo, com a Feira de São Pedro. Este evento que já foi uma referência, tem vindo a perder qualidade, ano após ano, antes víamos um recinto exterior, cheio de expositores com variedade e dinamismo, agora o que encontramos é sobretudo carros e tratores, caso para dizer que algo se perdeu pelo caminho e está na altura percebermos o que corre mal e mais importante ainda é necessário perceber como podemos melhorar. E aqui surge uma questão essencial. Já perguntámos aos macedenses o que pensam? Já ouvimos os comerciantes? A melhor forma de melhorar a Feira de São Pedro não é apenas através da nossa percepção, mas sim ouvir aqueles que fazem parte dela, ou seja, os visitantes, os expositores e os empresários locais, por isso, deixo uma sugestão clara. O Município em parceria com a Associação Comercial, poderia promover um questionário aberto à população e aos Empresários, para que tenham noção das falhas que podem ser colmatadas e com esta iniciativa, poderemos ouvir diretamente as preocupações e ideias de quem vive e participa na Feira. Só assim conseguiremos corrigir os erros e devolver à Feira de São Pedro a força que já teve. Mais do que decidir por nós próprios, devemos ouvir, porque é ouvir o povo e o primeiro passo para melhorar e queremos que as nossas Feiras sejam motivo de orgulho e este é o caminho a seguir. Sei que ainda faltam alguns meses para a realização da Feira de São Pedro, no entanto, sabemos que tudo tem um timing e não nos podemos esquecer que ao longo dos anos, já perdemos alguns Certames como a Feira do Emigrante ou a Feira do Mel, por exemplo. Com isto não quer dizer que corremos o risco de perder a Feira de São Pedro, mas sim que é necessário reinventar urgentemente um dos nossos eventos mais queridos, repito se queremos que os nossos eventos sejam sonoros, atrativos e bem-sucedidos, temos de envolver a Comunidade, e ouvir o povo não é apenas um dever, mas achar por um futuro melhor para as nossas Feiras e para o nosso Concelho.” -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para que pudesse responder às questões suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais e começou dizendo: -----

“ Eu começaria pela intervenção do Deputado Manuel Mico e sobre a Feira da Caça e o facto de o espaço ser já pequeno, dizer-lhe que por um lado é bom sinal. É sinal que temos uma Feira diferenciadora, uma Feira Temática que nos caracteriza e nos faz singulares no País, não só no Norte, e é uma das três, quatro melhores Feiras do




car  
G

País, o que significa de entre 308 municípios, isto é um sinal muito positivo, e neste caso podemos dizer "jogamos na primeira divisão" e não tenham dúvidas porque "jogámos para vencer o campeonato". -----

Relativamente ao espaço exíguo que temos, toda a gente sabe que faz parte do nosso planeamento e, contrariamente ao que aqui foi dito, nós não fazemos planeamento, nós fazemos é demasiado planeamento e este planeamento passa por ter um Pavilhão Multiusos, à altura das nossas Feiras, porque todas elas são diferenciadoras como o é também a Feira de São Pedro, e a prova disso (já agora só esta nota) é que a Feira de São Pedro mantém-se em pé ao longo destes anos todos, este ano, vai ser um ano comemorativo, são 40 anos de Feira de São Pedro e é de respeito, se tivermos em conta que todas as outras no território se extinguíram, em cidades maiores que a nossa, como é o caso de Mirandela e Bragança. -----

Relativamente à questão da Igreja de Lamalonga, como vocês sabem, e eu aconselho a quem tiver tempo que vão agora o Carnaval de Podence e aproveitem para ver as obras de Podence verem e como está bonita a Igreja de Podence, apesar de todos os detratores sempre a criticar, espero que ela seja inaugurada para bem das gentes de Podence e para a riqueza patrimonial do nosso concelho e vamos intervencionar também as Igrejas de Lamalonga e de Vilarinho de Agrochão. Portanto, espero bem que vocês percebam que estamos a trabalhar e que também nesta área há planeamento. Relativamente às polémicas que aqui hoje já foram abordadas sobre os terrenos de Podence. Eu vou pedir autorização ao Senhor Presidente da Assembleia que me autorize nesta intervenção a demorar um bocadinho mais, porque nós fizemos o cronograma relativamente à questão destes terrenos, até porque, eu já sabia que ia ser abordado este tema, aliás, basta ver o aproveitamento político que foi feito nas redes sociais, que é lamentável. E quanto a isto esteve muito bem, a Deputada Patrícia Cordeiro e tenho que tirar o chapéu porque a questão Património não pode ser politizado. Primeiro, os interesses do nosso concelho e depois nada de politizações vocês não veem lá socialistas a politizar as obras nem aquilo que fazem de bem. Agora fazer o aproveitamento, haver detratores e ainda por cima com informações pouco precisas é lamentável. Mas agora vou dizer como é que as coisas se processaram relativamente à questão dos terrenos de Podence. Eu pedi aos nossos Serviços Jurídicos, porque já imaginava que ia acontecer isto, e já agora quero agradecer também ao Sr. Presidente da Associação dos Caretos de Podence, a coragem que teve para se desmarcar do posicionamento político que houve sobre a publicação que ele fez. Ele fez uma correção da publicação, agradecendo ao Município e à Junta de Freguesia, aliás, até posso dizer-vos que o Presidente da Junta



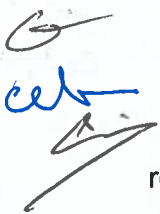
de Podence hoje não está nesta Assembleia, porque está a trabalhar de uma forma abnegada para bem da segurança de toda a gente e nós vamos ter, apesar de haver aqui detratores, vamos ter o melhor Carnaval de sempre não tenham dúvidas disso porque nós estamos muito empenhados para que seja um sucesso. -----

Relativamente ao cronograma dos acontecimentos do terreno, Varandas do Azibo em Podence, começo por dizer que não há que branquear o passado, como disse a senhora Deputada, e eu, de facto, não vou branquear o passado. Aquela Varanda do Azibo foi muito mal concebida, à pressa e com papéis assinados a dizer que mal acabasse a cerimónia eram removidas aquelas terras todas, mas isso não aconteceu e ficaram como herança para nós. E o que é que eu fiz com as pessoas proprietárias dos terrenos e havendo o compromisso que não foi assumido comigo, havendo esse compromisso o que eu disse, às senhoras foi que eu pretendia adquirir os terrenos, e que eu não era a favor da expropriação e encetei negociações, porque se fôssemos remover aqueles terrenos, o dinheiro que íamos gastar na remoção dos terrenos era o mesmo que custam à aquisição dos terrenos e então eu preferi obviamente adquirir os terrenos, porque era para bem da Comunidade. Quanto ao conhecimento da situação pela signatária da situação em apreço foi aquando da entrega ao, então Diretor de Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal, Dr. João Paulo Fraga no ano 2023, foi aí que a situação começou a clarear-se. O levantamento inicial e a tentativa de aquisição dos terrenos começou, com o então Diretor de Departamento que manteve reuniões e conversações com o Sr. Presidente da Associação, Sr. António Carneiro, e com o Sr. Presidente da Junta de Podence, Sr. João Alves. O Sr. António Carneiro apresentou ao Sr. Diretor de Departamento uma listagem designada por "Terreno Varandas do Azibo", contendo as áreas totais dos terrenos e parcelas cuja aquisição seria necessária, bem como os respetivos proprietários. Com base nessa listagem o Sr. Diretor promoveu diligências para aquisição dos referidos terrenos. Foi alcançado um acordo com os herdeiros de Carolina Hermínia Valente, e inicialmente também com os proprietários herdeiros do terreno com o artigo matricial 1280, para alienação dos imóveis ao Município. Contudo, relativamente a estes últimos o acordo não se concretizou. A escritura de aquisição do terreno em conformidade com os entendimentos alcançados foi celebrada, e a escritura de compra e venda do terreno pertencente aos herdeiros de Carolina Hermínia Valente, conforme descrito e identificado na listagem apresentada pelo senhor António Carneiro e o artigo matricial era 1284. A referida escritura foi formalizada no dia 12/12/2023, e estamos a falar de 2 anos. Entretanto houve a exoneração do Senhor Diretor do Departamento de Administração e Finanças no mês de Janeiro de 2024. -----



Handwritten signature or initials in the top right corner.

Quanto à ocupação do terreno e a denúncia á GNR foi feita em fevereiro de 2024, na ocasião da realização do Entrudo Chocalheiro, e acontece que o Sr. Toni Oliveira, que inicialmente pensávamos nós, seria proprietário do terreno que não nos interessava e que nós acabámos por adquirir, e em que o senhor Toni, inclusive, meteu um projeto na Câmara em cima desse terreno que é o que nós comprámos e não aquele que nós pensávamos, que estávamos a comprar. E digo-o há um abaixo-assinado da população de Podence a dizer que aquele terreno era da proprietária há mais de 40 anos, portanto, não percebo esta atitude do senhor Toni quando tem interesse na permuta dos terrenos, uma vez que apresentou um projeto para um Alojamento Local no terreno que é da câmara e depois diz que, afinal, não é assim porque de facto o terreno que nós compramos é dele. Perante isso, ele ocupou o terreno com máquinas agrícolas, como aliás ocupou agora, não só a parcela dele, mas também a parcela que é da família do Senhor Paulo, e perante esta situação, houve, de facto, uma queixa, porque nós estamos convencidos que o terreno era nosso, eu fui fazer uma escritura pensando que era nosso, mas houve efetivamente, uma troca de artigos ao fim de 40 anos. Quanto ao esclarecimento sobre a troca de terrenos e compromissos de retificação de escritura, posteriormente, o Senhor Toni compareceu na Câmara Municipal perante o Dr. João Martins e a signatária, esclarecendo que a Escritura celebrada pelo município não se podia limitar a um único terreno, ou seja, ao artigo matricial 1284, efetivamente escriturado, mas sim a dois, pelo que a escritura deveria ter incluído o artigo matricial 1276. Explicou ainda que materialmente havia ocorrido uma troca informal, de terrenos há vários anos, entre o terreno propriedade da filha deste, e o terreno dos herdeiros de Carolina Hermínia Valente. Como resultado dessa troca o terreno adquirido pelo Município, com o artigo 1276, embora formalmente pertencente aos herdeiros de Carolina Hermínia Valente, correspondia na realidade a um terreno que era utilizado Sr. Toni. Por outro lado, o terreno constava formalmente em nome da sua filha, Ana Luísa Borges Oliveira, artigo matricial 1282 era, na verdade, na prática o que pertencia aos herdeiros Carolina Hermínia Valente. O próprio senhor Toni Oliveira corroborou essa situação ao ter apresentado um pedido que eu já vos mencionei junto da Divisão de Urbanismo neste Município para construção no referido terreno, registado sob o artigo matricial de 1276, apesar de estar à data formalmente registado em nome de herdeira de Carolina Hermínia Valente. O Município comprometeu-se a promover uma retificação de escritura a realizar no dia 12 de Dezembro, 2023 de modo a incluir o outro artigo matricial 1276, efetivamente adquirido, tendo em conta que o valor pago correspondia à totalidade da área, que nós tínhamos pago o terreno. Quanto ao atraso na formalização da



retificação da escritura, foi acordado que a retificação da escritura seria concretizada no prazo de um mês e o estabelecimento deste prazo visava garantir o compromisso do Município na regularização da situação que era do interesse do Município obviamente, no entanto, a concretização da escritura dependia da disponibilidade da outra parte, nomeadamente dos herdeiros da Carolina Hermínia Valente, circunstância que levou a um atraso involuntário na sua concretização, por razões pessoais, que nada tem a ver com a Câmara. A retificação da escritura concretizou-se no dia 1/8/2024, e após a escritura, o terreno teve que ser devidamente registado em nome do Município processo este como é sabido pode demorar mais de um mês. Paralelamente, foi instruído o processo para que logo que o registo fosse efetuado a escritura de permuta, fosse celebrada como a mais brevidade possível. A recusa do senhor Toni em prosseguir a permuta, não obstante o interesse manifestado inicialmente, o senhor Toni passou a recusar a formalização da permuta, deixou de repente de ter interesse em fazer o seu projeto e talvez, digo eu, a ter interesse em prejudicar a população de Podence e em prejudicar toda a Comunidade. Foram realizadas diversas reuniões comigo próprio e todas as diligências necessárias junto do Cartório Notarial para a celebração da escritura da permuta que já estava preparada. O senhor Toni Oliveira justificou a recusa dizendo que "...o Município apenas o procurava na altura do Carnaval de Podence e que o prazo de um mês havia sido ultrapassado...", como se nós tivéssemos culpa que houvesse problemas de saúde dos proprietários e também a questão logística que havia proprietários, penso eu que estavam fora do país. Obviamente que, perante isto, nós só podemos concluir uma coisa, não há vontade nenhuma, que haja Carnaval em Podence, mas lamentamos muito porque o Carnaval de Podence, vai ser o melhor Carnaval de Podence de todos os anos, mesmo sem a tenda nas Varandas do Azibo. Importa salientar que, ainda o prazo inicialmente estabelecido não tenha sido cumprido, tal decorreu desses fatores externos, mas sem comprometer a viabilidade da solução acordada. A escritura de permuta podia ter sido formalizada ainda em 2024, pois os documentos estavam prontos em novembro, contudo, o Sr. Toni recusou a sua realização e passou a exigir novas condições, porque quando não se quer negociar, é fácil, já para não falar naquilo que havia sido previamente acordado, que era uma passagem para o terreno dele e era extremamente fácil conseguir isso. Foram promovidas várias reuniões e como mandatário da Senhora Ana Oliveira, em 20/11/2024, "...comunicou que para que a escritura de permuta fosse efetivamente outorgada a cliente exigia as mesmas condições que tinha exigido anteriormente e que a mesma apenas seria outorgada, após 14/12/2024...". A realização da Escritura após essa data em vigor, inviabilizaria a realização no referido local do 5.º Aniversário da



G  
cel  
R

inscrição das Festas de Inverno, aliás, como aconteceu o Carnaval de Podence na lista representativa do Património Cultural e Imaterial da Humanidade, não aconteceu. Em 3/12/2024, o Município novamente informado que sem a satisfação integral das exigências feitas pelo Senhor Toni Oliveira (e uma delas era passar pelo terreno de um privado que, por acaso, era irmão do senhor António Carneiro) mas era um terreno privado, e nós não podemos mandar os terrenos privados e, perante isso, ele vedaria o acesso a qualquer tipo de utilização dos prédios rústicos com os artigos matriciais, 1282 e 1268, situados no lugar do Ferradal, que o Sr. Toni vedou como todos viram, embora nós tenhamos ali uma parcela nossa e outra parcela no terreno efetivamente usado por ele. Assim sendo, inviabilizaria a colocação da tenda, mas nós não vamos deixar de ter Carnaval. Nós temos mais Restaurantes do que sempre tivemos, expositores são muito mais que nos anos anteriores e o Carnaval está a crescer. Os parques de estacionamento este ano estão muito melhores, e este ano onde iriam ser construídas as bombas de gasolina na autoestrada, foi-nos autorizado pelas infraestruturas, utiliza-las com segurança para os utentes e, por isso, eu acredito que vamos ter o melhor Carnaval sempre. Concluindo, o Município demonstrou total abertura sempre, eu próprio mostrei sempre boa vontade, e tive essas conversações com o Senhor Toni na presença do seu Advogado que, por acaso, é filho da nossa Vereadora da Câmara Municipal Clementina Gemelgo, que eu vi, uma pessoa extremamente correta, compreensiva e imparcial, e não podemos dizer aqui que não tivemos este espírito colaborativo, contudo, o senhor Toni continua a recusar-se a efetuar a escritura, e estamos aqui a falar apenas de uma troca dos terrenos que nós compramos e nós não conseguimos, nem com o recurso a 4 advogados distintos fora do Município para nos ajudar a resolver isto e não é fácil. Portanto, eu não consigo fazer nada melhor, por isso, eu deixo-vos aqui esta nota a bem da Comunidade e a bem do nosso concelho na próxima reunião, vamos aqui definir que nós temos ali terrenos de interesse público e de utilidade pública e vamos expropriar, com base numa proposta que irei apresentar à Assembleia Municipal, pois é a única solução. ---- Relativamente à conduta esta tem um impacto direto no interesse público, colocando em risco a realização de alguns eventos, mas não vai impedir o Carnaval, mas obviamente que para nós teria muito mais visibilidade, porque as Varandas do Azibo, é de facto, um local privilegiado, junto da Lameira, onde decorrem os grandes eventos do Carnaval, portanto, temos todo o interesse, em considerar o terreno de utilidade pública. Era este o esclarecimento que eu tinha para fazer sobre esta questão e espero que não haja mais polémicas políticas, sobre esta questão. ----- Quanto à questão dos condomínios de aldeia. O que é os condomínios de aldeia? Foi

uma candidatura feita pelo nosso Gabinete Florestal aqui chamo à atenção para quem diz que nós não trabalhamos, que não temos visão e que não temos planeamento que foram 2 Candidaturas de sucesso, de quase 1 milhão de euros, e para quem diz que não trabalhamos para as aldeias, vai 1 milhão de euros só para as aldeias. Mas o que é o condomínio de aldeia? O Condomínio de Aldeia, além deste investimento todo beneficia cerca de 20 localidades do nosso concelho, e estamos a falar de 20 localidades, que têm a sua Sede em Zona Florestal, e isto visa prevenir fogos florestais, criar melhores condições para a atividade Agroflorestal. Estas superfícies florestais e mato nas envolvências das áreas edificadas das aldeias e dou como exemplo: Argana, Comunhas, Edroso, Fornos de Ledra, Malta, Morais, Mogrão, Nozelos e Vilar do Monte, que serão os primeiros beneficiários. Este é um programa integrado de apoio às aldeias localizadas em territórios de floresta no nosso concelho, e não só no nosso concelho, mas este é um dos maiores condomínios do país, e portanto, é uma iniciativa Nacional, que está sob a égide da Direção-Geral do Território a que o Município Macedense se candidatou, como eu já disse, através do Gabinete Florestal com candidaturas de mérito, porque foram aprovadas, e que visa a prevenção dos fogos como já referi e criar melhores condições para a atividade florestal. Esta primeira fase do programa pretende atuar em territórios mais vulneráveis, do ponto de vista da perigosidade de incêndio e da atual ocupação e uso do solo, é um investimento grande, e o projeto tem um valor mais elevado, mas o investimento inicial é de 333.000 mil euros e quer ter ação no terreno a curto prazo e pelo qual já foi lançado concurso público, isto não é sofisma. É, e existe. -----

Num segundo momento, o projeto incidirá nas zonas de Bornes, Burga, Cabanas, Chacim, Ferreira, Lamalonga, Lombo, Olmos, Peredo, Soutelo Mourisco e Vilar D'Ouro, e estas localidades serão favorecidas num valor de 427.000 mil euros. A mancha florestal é um dos principais ativos naturais do nosso concelho, como vocês sabem, e inclusivamente, contribui para a atividade turística da nossa região, e exige por isso, um cuidado especial, mas também a proteção dos aglomerados e a conservação, nalguns casos, como a requalificação de ecossistemas. O condomínio de aldeia é um importante instrumento que visa, apoiar os territórios de baixa densidade e com grande perímetro florestal felizmente, ainda estamos nessa categoria. Eu poderia aqui dar-vos mais particularidades dessas candidaturas, mas com vocês veem, nós temos aqui investimento dirigido à atividade agroflorestal, dirigido à proteção do nosso território e à proteção do nosso património florestal. Portanto, relativamente a isto, Sr. Deputado Manuel Mico, penso que disse tudo e dizer também que só temos a ganhar com isto. -----

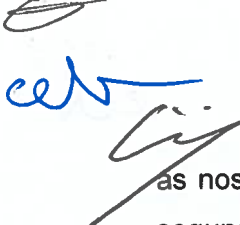
Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Cláudio Trovisco que me falou na



*cel*  
*cy*

questão do posicionamento menor do nosso concelho em termos da incidência da visibilidade económica, de forma genérica, eu lembro e já o disse aqui que, de facto, não nos podemos comparar, com Miranda do Douro, porque, de facto, é um Município rico pelas razões, que já sabemos, e muito bem porque quem tem os recursos naturais tem que ter algum benefício e, principalmente quando prejudicamos os ecossistemas, como é o caso. Relativamente a Vila Flor e Alfândega da Fé, tenho a dizer que o maior investimento que eles ali tem e a maior receita vem de Fundos Comunitários do regadio, que ronda os 18 milhões de euros. Obviamente, que não nos podemos comparar porque se nos formos comparar efetivamente à população que nós temos e o orçamento disponível que nós temos, Macedo de Cavaleiros está superior a Bragança e a Mirandela no investimento per capita, e é isso que nós temos que ver. Mas relativamente a isso, eu tive o cuidado e, felizmente, tenho os meus serviços que me ajudam e os meus assessores, que me mandaram aqui notas que eu pedi sobre a estatística nacional e, concretamente, posso-lhe dar esta ideia. Falou na taxa de sobrevivência de Empresas nascidas nestes últimos 2 anos ou pelo menos, falou não haver Empresas mas, eu posso-lhe dizer que a média Nacional do Norte é de 61,1%, e a média Macedo de Cavaleiros, é de 62,5%, ou seja, nós estando no território periférico, conseguimos estar acima da média do Norte, e isto é um exemplo. Relativamente às exportações e às importações, temos sempre um superavit sempre, ou seja, somos um concelho exportador e para quem diz, que não somos industrial, eu digo que não. E já agora deixo essa nota, a nível do Nordeste de Trás-Os-Montes, nós somos o concelho com mais índice industrial, o setor primário é importante, mas o setor da indústria é muito importante e muito prevalecente, portanto, é bom que nós tenhamos essa noção. -----

Relativamente ao volume de negócios por Empresa, eu, por exemplo, dou-vos uma ideia que na área da indústria transformadora o volume de negócios por empresa, é 1 milhão e 358 mil de euros, no tratamento de águas temos 3,3 milhões de euros, (e isto são, valores estatísticos da Instituto Nacional de Estatística), no setor da construção temos 362 mil euros e estes dados são referentes só ao ano de 2022. Relativamente ao comércio por grosso, também para quem diz que não temos comércio, estamos aqui a falar de 656 mil euros e é evidente que eu não estou a entrar especificamente em determinadas áreas, porque remeto para o número das 500 maiores Empresas de Trás-os-Montes, e felizmente, algumas delas até são do Sr. Deputado Cláudio Trovisco, e ainda bem, e eu tenho orgulho nisso, é um bom um bom sinal, e portanto, é conhecedor do posicionamento das nossas Empresas a nível de Trás-os-Montes. ----  
No que diz respeito à energia e à água, temos 1 milhão 697 mil euros e reparem que



as nossas 5 maiores Empresas faturam, pelo menos a primeira acima deste valor, a segunda muito próximo deste valor e as outras ligeiramente abaixo, mas nós temos muitas empresas ou bastantes empresas a faturar mais de 1 milhão de euros, e eu tenho orgulho muito nisso, e até nisso no ranking do Nordeste nós estamos muito bem posicionados e não estamos a falar nem de Faurecias, nem de Sortegel. -----

Na indústria extrativa, nós temos cerca de 1 milhão 398 mil euros, as atividades imobiliárias há imensas, na informação e na comunicação há 425 mil euros, e repito, que estou só servir-me dos dados estatísticos, nas artes e espetáculos também na agricultura e produção animal aparece muito pouco, porque isto certamente tem a ver com alguma omissão de rendimentos, relativamente ao alojamento e restauração, aqui fala-se em 128 mil euros, mas é óbvio que isto não corresponde, portanto, eu aqui nem consigo fazer a leitura destes valores, tenho grandes dificuldades porque basta ver o que se vai passar agora em Podence no Carnaval onde a Restauração fatura muito. -----

Relativamente a questão da intervenção da Deputada Daniela Rebelo, no que diz respeito à Zona Industrial, por acaso, tenho aqui o relatório de atividades do EMERGE que é o Gabinete de Investimentos do primeiro trimestre do ano de 2025, o que significa que só ainda decorreram 2 meses, mas até à data já foram atribuídos na Zona Industrial 8 lotes. O Lote 26 uma Candidatura aprovada a Andrei Petrov com a área de 2000 m<sup>2</sup>, 35% de incentivo total (e isto agora para vos dar ideia do que são incentivos ao comércio e à implantação da indústria e não só) sendo o valor do preço de venda de 4 mil 875 euros, mas posso dizer-vos que, entretanto, houve uma desistência deste Lote e está disponível para nova atribuição. O lote 42 uma Candidatura aprovada a Doolibar, uma área de 2.488 m<sup>2</sup>, incentivo total de 30%, o valor do preço de venda 6.531 euros com escritura feita 24/10/2024. O Lote 44 Candidatura aprovada a Green September com a área de 2.600 m<sup>2</sup>, 30% de incentivo total vendido por de 6.830 euros. Lote 59 Candidatura aprovada a Elias Pinto & filho com a área de 2.053 m<sup>2</sup>, 35% de incentivo total venda 5.004 euros, escritura feita em 24/10/2024. Lote 74 A Candidatura aprovada a Sharm Invejável com a área 2.800 m<sup>2</sup>, 25% de incentivo total, sendo o valor do preço de 10.500 euros, tudo isto, receita para o Município. Lote 77, Lote 82B e Lote 83A, Candidatura aprovada à INTRESPA, no entanto, posso dizer-vos que esta Candidatura, em princípio, iremos "libertá-la" para a atribuição a novas Empresas, mas o valor total era de 12.275 euros. Lote 67 atualmente estamos a resolver a situação da penhora que pode ser feita a escritura a favor da Serralharia Ricardo, pois ainda estamos a resolver penhoras do "século passado" e com isto vocês podem ver que nós trabalhamos e já agora dizer-vos também que a empresa Moneybility, adquiriu o Lote 111 a 09/01/2025 e foi escriturado



*Handwritten signature and initials*

por 24.900 euros. Neste momento Lotes disponíveis e para quem quiser candidatar-se, temos os Lotes 6, 26, 44, 52, 67, 74A, 77, 82B e 83A, 101 e 110, portanto, estamos a falar de 11 lotes disponíveis, e temos vários candidatos a negociar conosco. Informar também que a Expansão da Nova Zona Industrial vai avançar, quer se queira, quer não. O projeto está pronto e nós, neste momento, na dúvida de avançarmos com a expropriação que não chegará a tempo da Candidatura, avançaremos com a Candidatura para a parte disponível que é da nossa propriedade, portanto, também é consultável esse projeto que foi feito pelo Sr. Arquiteto Adelino. ----

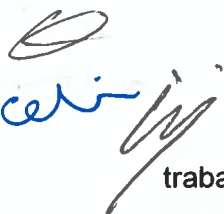
Relativamente aos incentivos ao comércio local que também foi questionado dizer que em 2024, fizemos 9.600 euros de incentivo. Em análise até ao dia 26 de fevereiro foram apresentadas 7 Candidaturas, portanto, continua a haver comércio. Afinal o pequeno comércio existe. -----

Incentivo atribuído à aquisição de habitação pelos jovens do concelho em 2024, foi de 9.180 euros, incentivo atribuído à aquisição de habitação por jovens no concelho 2.109 euros, incentivo atribuído à sanidade animal, referente a faturas do ano 2024 pagas em 2025, são 6.371 e o total de incentivos atribuídos 8.481, tudo isto, referente ao 1.º trimestre, sendo que só ainda passaram em 2 meses. Tudo isto apenas para vos esclarecer sobre esta política de incentivos, já que estão sempre aqui a dizer que não há incentivos. -----

Relativamente ao crescimento económico, eu já falei sobre isso, o nosso território, faz uma aposta muito focada na indústria transformadora, não queremos indústrias poluidoras, queremos indústrias transformadoras, mas evitando poluir, aliás, vocês sabem que nos regulamentos e uma das imposições que nós fazemos a parte ecológica é fundamental. -----

Relativamente à parte do investimento turístico na hotelaria, na restauração e na natureza, nós somos dos concelhos que mais investe e mais oferta tem, em termos de alojamento com cerca de 1000 lugares (1000 camas), portanto, até nisto, estamos a trabalhar e vocês sabem, nascem todos os dias novos empreendimentos turísticos e deixo aqui o nosso cumprimento às pessoas que continuam a investir e àqueles últimos investimentos que apareceram e foram inaugurados, para eles o meu desejo do seu sucesso, porque o sucesso deles é o nosso também. -----

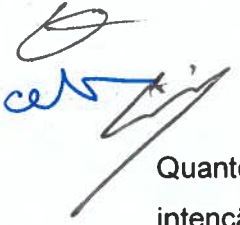
Falaram também aqui no 1.º Direito, e nós sabemos que em Habitação Social temos cerca de 4 milhões e meio de euros para investir e não é só a Reabilitação do Bairro de São Francisco, nem é só a Reabilitação do Bairro da Alegria que está a decorrer. São mais 16 novos fogos é a Residência Estudantil que vai ter também ali habitação, portanto, nós temos esta preocupação e o trabalho está feito, desenganam-se o

  
trabalho está feito e o investimento existe. -----

A nossa aposta na Agricultura e respondendo já ao Deputado Luís Vaz dizendo que, de facto, nós temos feito um bom trabalho, com o BUPI e nós fomos daqueles que quisemos continuar esse trabalho, que felizmente está a ser bem feito. Não é dos melhores a produzir, mas continuamos a ter inscrições diárias sempre preenchidas para fazer o emparcelamento, e posso dizer-vos que têm sido feitos bons trabalhos e quando se diz que não há agricultura e que não investimos na agricultura, eu digo que há muito investimento na agricultura, nos jovens agricultores e na tecnologia agrícola, até porque nós temos investidores jovens que conseguem produzir e são das Empresas que mais produzem em termos hortofrutícolas. Quanto a dar mais apoios, nós damos os apoios que podemos e disso temos orgulho também porque não ficamos atrás dos outros Municípios, antes pelo contrário, e incentivamos sempre para a criação de nova maquinaria, nova automação e inovação nos sistemas produtivos. -- Quanto à intervenção do Deputado Luís Vaz também ressalvo aquilo que eu já disse sobre os incentivos ao comércio local e sobre a habitação e depois não quero deixar para trás também algumas notas, como é o caso do maior apoio que tem havido em termos de bolsas estudantis que foi connosco que foi sempre crescendo, havendo cada vez mais alunos contemplados, e temos muito orgulho nisso. ----- Quanto aos cursos, deixo aqui esta nota, falou-se no Piaget, foi dos melhores investimentos que nós fizemos, tenho orgulho nisso também, porque adquirimos um terreno e adquirimos património, nós conseguimos já pôr a funcionar naquele edifício, como por exemplo as pós-graduações continuam, os mestrados continuam, agora temos lá o mestrado que vai surgir de novo a começar brevemente. E em termos de mestrados, estamos a ter uma oferta direcionada para a nossa região e ofertas diferenciadoras para evitar que os nossos técnicos formados recentemente e não só, e aqueles que se querem enriquecer e valorizar que não tenham que ir para Porto, para Vila Real, para Bragança, porque a escola de Negócio está sediada aqui em Macedo, e vocês lembram-se que havia detratores a dizer que a Escola de Negócios não existia, mas já vamos no sétimo ou oitavo curso, o que significa que existe ensino superior e eles têm orgulho também o IPB e em ter aqui a sua Escola de Negócios. ---- Relativamente à intervenção do Presidente da Junta, Sérgio Borges antes de mais cumprimento-o enquanto Candidato às próximas eleições autárquicas, pois estou certo que teremos certamente um candidato que será digno nesta batalha positiva, não irá haver certamente aqui desconforto nem insultos, porque nós sabemos estar na vida, e sabemos que o melhor tem que ser para o nosso concelho e nós temos que dar boas ideias, temos que ter um discurso positivo, e um discurso construtivo, não é preciso insultos nem jogadas políticas. -----



Relativamente ao Jardim de Infância de Travanca, fez aqui uma cronologia, e muito bem, sobre o Jardim de Travanca. Dizer que de facto havia essa possibilidade no ar de falarmos sobre o Jardim de Travanca, mas acontece que há um projeto que foi aprovado e, felizmente, foi direcionado para o nosso concelho. Este projeto envolve 3 concelhos e cerca de 600 alunos e esses 3 concelhos são Bragança, Macedo e Mirandela e tínhamos esta possibilidade de centrar em Macedo, um projeto que seria diferenciador também ele. Esse projeto era desconstruir, repensar e educar é um projeto social, é um projeto em saúde mental e quando nos foi proposto por uma organização tão importante como os Mutualistas, nós dissemos, vamos conversar, e foi por isso é que não houve resposta atempada, porque nós pensámos no Piaget, mas não havia condições, porque tinha que haver partilha de instalações, pensamos também na escola onde está a Casa do Professor, que inclusive foi visitada, e foi falado também com a Universidade Sénior mas não havia condições. Depois de muito pensar, foi sugerida a escola de Travanca que tinha condições únicas. Primeiro trabalhámos com gente de Bragança e gente de Mirandela cá em Macedo e nós temos técnicos, e posso vos dizer que já há pelo menos 2 técnicos contratados daqui do concelho, já criámos 2 postos de trabalho e vai haver mais um e estamos a trabalhar com as Escolas dos 3 municípios, que referi, e o melhor sítio de acesso, depois de visitar todos os locais, seria o edifício do antigo Jardim de Infância de Travanca, e por isso foi aceite a sua instalação em Travanca. Obviamente que a resposta que lhe foi dada foi agora ultimamente, mas já foi dada, já disse aqui que já foi dada, e eu terei todo o gosto em explicar isto às pessoas de Travanca, e aos 300 signatários e eu próprio darei a cara e falarei com eles, mas digo-vos já eu próprio fiquei muito orgulhoso de poder meter este projeto em Travanca, porque Travanca é a minha aldeia e é onde eu vivo. Relativamente aos 600 jovens e aos 3 Quadros, isto é um projeto que têm visibilidade Nacional, e foi negociado durante muito tempo e nós não criamos outra alternativa. Chacim estava fora de hipótese, e não poderíamos alocar lá este projeto, até porque o espaço foi vendido e aproveito para vos dizer que foi outro espaço vendido e muito bem vendido, a um jovem casal que precisava de uma casa e nós temos aqui a Presidente da Junta de Freguesia que o pode confirmar. Todos vocês devem ter conhecimento que de Chacim tem imensos edifícios e tomáramos nós poder ajudá-los a pô-los a todos funcionais. Alguns já estão, mas outros irão estar também. Agora, eu tenho a certeza que a própria população de Chacim concordou com esta situação, porque foi um benefício a um jovem casal, portanto, em vez de andarmos aqui a expulsar os nossos jovens é melhor trazê-los para a terra deles e esse resultado foi muito positivo. -----



Quanto ao Callcenter ainda não está na nossa posse, mas neste momento, já há essa intenção e será presente em reunião de câmara, mas já estão feitas as negociações e penso que irão ser passadas para nós. Mas temos muito que colocar ali no Call Center, portanto, não há esse problema. -----

Quanto à questão, da falta de lealdade Institucional, dizer que não há aqui nenhuma falta de lealdade Institucional, foi tudo uma questão de timing e, obviamente, entre nós Presidentes, nunca existe esse termo, falta de lealdade institucional, relativamente à violação grosseira que também foi aqui falada, também não há violação grosseira nenhuma, isto é uma questão de opção estratégica e é para benefício de toda a população, é um projeto que tem um investimento já consolidado e eu terei todo o orgulho em que ele, continue, porque isto é um projeto a 3 anos, e se nos puserem à nossa frente a possibilidade de localizar naquela escola um projeto diferenciador melhor do que este, nós iremos colocar, obviamente, fica este compromisso, mas que haja um grande projeto e nós poremos este projeto, eventualmente no Callcenter. Portanto, isto não está fora de hipótese, fica isto bem claro.-----

Relativamente à intervenção do Deputado Jorge Olaio, e a visita ao Vaticano dizer que naquele dia estariam lá cerca de 8.000 pessoas, de todas as partes do mundo. A comitiva foram 3 pessoas porque o Papa exige que sejam 4 pessoas no máximo, e foi decidido que iria o Sr. Presidente da Assembleia, que é a pessoa máxima do nosso concelho, o Presidente da Associação dos Caretos, porque foi na pessoa dele que nos foi feito o convite e o Sr. Padre Eduardo Novo, tendo em conta a responsabilidade que tem no Mosteiro de Balsemão e na Comunidade Eclesiástica e o Presidente da Câmara Municipal, enquanto representante dos Macedenses e tivemos a oportunidade de oferecer um Careto ao Santo Padre um símbolo da Comunidade Macedense. Depois falou na questão do trabalho no gabinete e eu tenho todo o gosto em partilhar convosco a minha atividade diária, que é só infernal e frenética, porque desde que eu entro no gabinete de manhã até ao fim da tarde, não fazem ideia a quantidade de pessoas que eu recebo é impressionante, porque eu não sou como os outros Presidentes e não tenho um dia para receber as pessoas, eu recebo-as a qualquer hora a qualquer momento. Relativamente ao eu, supostamente, não andar no terreno, é a mesma coisa, pois eu todos os dias, sempre que tenho hipótese e quando é necessário eu vou às Freguesias, e posso dizer-vos que o ano passado foram cerca de 200 visitas às Freguesias ao longo dos 365 dias, portanto como podem verificar eu também tenho essa preocupação. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Patrícia Cordeiro dizer que eu concordo que não deve haver aproveitamentos políticos e já esclareci esta Assembleia no que diz respeito aos terrenos de Podence mas reitero que o Município é parte interessada,



*Handwritten signature and initials*


está com o povo de Podence, que a compra foi feita, que nós já tivemos quase um terreno comprado na totalidade, mas houve quem se preocupasse em desfazer o negócio, porque as escrituras estiveram agendadas, portanto, esta frustração é de todos nós, não é só das pessoas de Podence e neste momento posso dizer que o Entrudo vai ser feito, que vai ser um sucesso. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Maria José, eu lamento mas acho que não vivemos no mesmo concelho nem na mesma cidade. A Sr. Deputada quer comparar 2017 em termos de construção? Falou em infraestruturas essenciais, mas se quiser eu dou-lhe novas 50. E quando diz "o investimento que foi feito no abastecimento público de água", por acaso a Sr. Deputada sabe quanto era o desperdício de água em 2017? Rondava os 81%. E sabe quanto é que é hoje? Ronda 49,5 %, um exemplo nacional, aliás, eu vou dizer à minha equipa das águas que estão aqui hoje, que faça uma candidatura ao prémio da maior eficiência e da maior tecnologia na área das águas, porque nós poderemos vencer quase de certeza. -----

Portanto não venha aqui dizer que nós não temos visão nem planeamento, nós preocupamo-nos com os problemas que são de todos nós macedenses e você sabe, aliás, toda a gente sabe porque isto é público. E posso dizer-vos que vamos ter de pagar 9 000 euros de multa por termos tido a preocupação de pagar aos macedenses que no ano 2017 no Natal tinham as suas Empresas em risco. Nós sabíamos que era ilegal, mas nós quisemos, assumir, esse diferencial de valores que havia e quanto a este assunto acho que toda a gente sabe o que se passou. -----

Em termos de infraestruturas importantes, eu lembro por exemplo, o quartel da GNR que estava em condições deploráveis e neste momento temos um quartel da GNR em condições, o Heliporto foi acrescentado, as infraestruturas desportivas foi aplicado o chão sintético, que podiam ter candidatado anteriormente e não candidataram e tivemos que gastar esse investimento às custas de todos nós, o Heliporto foi ampliado para ter condições para termos ir ali instalações dignas e que nos fizeram trazer agora mais um ativo helicóptero que estava em Alfândega da Fé. Isto serve de prova para vocês que nós temos uma visão e um planeamento em todas as frentes, seja na área social, na educação, na indústria, no comércio e na agricultura. Quanto às aldeias e ao mundo rural, nunca houve tanto investimento, como aquele que nós estamos a fazer agora. Mas eu trago esses números todos na próxima assembleia podem ter a certeza, eu terei esse cuidado. -----

Agora fala-se aqui em termos muito pouco abonatórios que eu não percebo, porque é que se usa isto demagogicamente. Dizem que há falta de visão, de planeamento, e incúria. Mas onde? Eu desafio-a a dizer aqui onde é que está a incúria. -----



Quanto ao investimento nas Freguesias, vocês sabem que nunca houve tanto investimento como este ano. Podem dizer que é um ano eleitoral, mas nós tivemos de consolidar porque estes anos para trás, trabalhamos para diminuir a dívida que era de 18 milhões e desceu para 7 milhões e meio. Digam-me quantos Municípios é que fizeram isto. É óbvio que tudo isto teve de ser feito com o sacrifício da população. Mas este ano podemos fazê-lo e contraímos um empréstimo, que vocês aqui nesta Assembleia aprovaram. O nosso território é um todo o mundo rural é um todo. Há investimento nas freguesias que eu lhe posso dizer, onde é que foram feitos em todas elas, embora numas mais e outras menos e nós temos respeito pelas nossas Freguesias, a Cidade não é uma "Cidade morta", temos que ser honestos porque a Cidade não está morta, tem muita construção, tem muitas infraestruturas e tem muitas medidas para a o benefício da população, há crescimento económico, há mais empresas, e portanto não posso a aceitar o que a Sr.ª Deputada diga que nós estamos na "última divisão", antes pelo contrário, nós, estamos no topo da divisão, e você tem que me trazer aqui dados, não é vir para aqui falar tem de trazer números. ---

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Beatriz que fez aqui mais um momento de abrilhantamento dos jovens que "nascem" agora para a política. Já temos a Assembleia Municipal Jovem e é assim que se faz política com elevação. -----

Relativamente à Feira da Caça, dizer que é de facto uma grande Feira, onde fazemos um grande investimento, temos cerca de 20.000 visitantes e muita faturação, e é também um dos momentos económicos preponderantes neste concelho. Aquele problema do espaço na zona dos restaurantes e bares estamos a solucionar, vamos mudar porque não pode ser assim. Este ano houve ali um erro de logística que como é óbvio nós queremos resolver. -----

Quanto à Feira de São Pedro, no devido momento, vocês terão novidades, mas aproveito para lembrar que a Feira de São Pedro tem uma Comissão de Organização, da qual faz parte também um elemento da Vereação da Oposição, o Executivo e a Associação Comercial, e queremos também integrar pessoas que possam acrescentar novas ideias. Essa sugestão, de fazermos um inquérito para ideias de melhoramento, acho que sim, vamos ponderar isso e vamos levar à próxima reunião que eu penso que é amanhã, mas posso adiantar que neste ano, vamos apostar nos jogos multimédia, num espaço multimédia para a juventude, para a inovação, vamos ter também novas tecnologias, num espaço, talvez na primeira nave. Vamos realizar um filme para apresentar na BTL, ou seja, queremos pôr uma coisa diferente mais moderna que cativa e que atraia gente e depois é lançar isso nas redes sociais e não só. -----

-----



*C. Celso*

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou o Sr. Presidente da Câmara Municipal que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Clementina Gemelgo, porque foi por ele mencionado o nome de um familiar desta tinha solicitado para usar da palavra, ao que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, não se opôs.-----

No uso da palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Clementina Augusta Marçal Gemelgo fez a seguinte intervenção: -----

"Antes de mais, senhor presidente da Câmara, obrigado por me permitir dirigir estas palavras. Não venho em defesa da honra, evidentemente, porque o Senhor Presidente, em momento algum me faltou ao respeito, mas gostaria de dirigir algumas palavras, uma vez que fui nomeada no processo dos Terrenos de Podence, bem como o advogado, que faz parte da defesa de uma das pessoas, ou um dos proprietários dessa parcela e, neste caso, o meu filho. -----

Somos indivíduos diferentes embora mãe e filho, naturalmente, mas não se pode confundir, uma Vereadora que é Presidente da Concelhia do PSD e Vereadora da Oposição na Câmara Municipal, com um advogado que trabalha por conta própria, tem o seu escritório aberto em Macedo, não trabalha para a Câmara, não tem qualquer avença com a Câmara e é um jovem empreendedor a defender o seu cliente. -----

Somos pessoas diferentes, pessoas distintas e que fique aqui bem claro que ninguém ou nenhum de nós se imiscui naquilo que não lhe diz respeito. Esta insinuação subliminar que já aqui foi feita também com alguns Deputados Municipais a dizer que há aproveitamento político é uma insinuação gravíssima e que fica muito mal a quem a profere. Enquanto Vereadora, não tenho nada a ver com os terrenos, nem com as 6 parcelas dos terrenos de Podence, e, não vire para mim Senhor Presidente, nem para o PSD, um problema que não conseguiu resolver, (até porque eu até tenho 3 reservas para ir jantar nos 4 dias do Carnaval de Podence), portanto, não me parece que seja uma pessoa que esteja contra o Carnaval de Podence. -----

Em termos políticos, o PSD não fez qualquer comentário público e muito menos nas redes sociais, a este respeito, nem usou este problema em situação nenhuma, muito pelo contrário e também não autorizei ninguém a falar em nome do PSD sobre este assunto. Em reunião de Câmara, o primeiro eleito do PSD sugeriu-lhe, na última semana onde tivemos reunião de câmara, e que foi pública e que está gravada, sugeriu-lhe uma última reunião com os proprietários do terreno, portanto, a apelar ao diálogo para tentarem resolver este problema. Esta reunião aconteceu no dia a seguir e eu por ética, como disse também na reunião de câmara, não iria estar presente para não criar conflitos de interesses, nem haver confusão entre mãe e filho ou Vereadora e Advogado e foi o Sr. Vereador Nuno Morais que foi a essa reunião. Aprovamos

também nessa reunião 30.000 euros para a Junta de Podence fazer face aos custos do evento, dos Caretos e aprovamos também todos os 3 Vereadores da Oposição, na qual eu me incluo, o processo, ou o início do processo de expropriação destes terrenos. Portanto, não consigo ver de que maneira é que possamos estar associados a qualquer organização, ou qualquer pessoa que esteja contra o Carnaval dos Caretos. -----

Tudo isto que aqui referi, não é de quem não quer o sucesso dos Caretos, naturalmente. Senhor Presidente, aconselho-o a melhorar os seus argumentos ao invés de fazer insinuações. Ainda sobre este respeito, exijo-lhe honestidade intelectual, porque até nesta reunião que teve com o Sr. Vereador Nuno Morais, o Advogado teve a oportunidade de lhe dizer que à data, o Senhor Vice-Presidente enquanto esteve no seu lugar, quando o senhor esteve em campanha, tinha acordos feitos com os proprietários que depois não se vierem a realizar. Portanto, não usem o bode expiatório que não existe esta competência e a resolução deste problema era única e exclusivamente do Senhor Presidente da Câmara, e não do partido do qual faço parte.” -----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse “Obviamente que eu tinha que vir aqui esclarecer e dizer que fui bem claro, eu disse “...que por acaso, o advogado de defesa era filho da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Clementina Gemelgo...”, não disse mais do que isto. Agora, se isto é desonestidade intelectual...? Aliás, o que eu fiz e exijo, que vejam essas declarações que eu fiz, foi uma pessoa extremamente compreensiva, que foi colaborativa, foi isso que eu disse, nem sequer falei em Presidente da Concelhia do PSD, nem falei em coisa nenhuma, portanto não me encaixa nem me serve essa “carapuça”. Portanto, obviamente que eu permiti que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora pudesse falar aqui porque é assim que eu quero, transparência e frontalidade, mas continuo a dizer não me atirem com areia para os olhos, porque todos aqueles comentários, e se quiserem eu trago um a um e digo a quem é que está associado e a militância dos comentaristas. ----- Agora não venham aqui dizer que aquilo não é político, foi um aproveitamento político, da notícia que foi dita, nas redes sociais, mas caiu-vos foi mal, depois a resposta que foi a reposição da verdade em que foi feito um cumprimento ao Município e à Junta de Freguesia que foram sempre colaborativos e isso é que vos “desmontou” essa estratégia política. Portanto, meus amigos é bem claro e se quiserem, porque eu também tenho esse cuidado, eu faço aqui a montagem de todos os comentários, de quem comentou e quem eram e quem são, e são, ou não militantes do PSD. Eu digo-

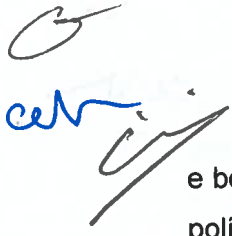


vos isso que eu tenho isso tudo direitinho.” -----  
-----

**Abertas novamente as inscrições usaram da palavra. -----**

**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** - Que usando da palavra disse: “  
Passado quase uma hora a ouvir o senhor Presidente é capaz de me falhar aqui alguma coisa, mas Sr. Presidente quero dizer-lhe que eu não sei quem é que lhe dá os dados, nem de que forma os recebe. Eu tenho os meus dados e não sou eu que os invento, mas sobre tudo aquilo que o Senhor Presidente aqui falou, vamos aqui por partes. O que eu vim aqui falar tem a ver com a capacidade, ou a subida de capacidade que o Município teve de captar mais Fundos Municipais e eu expliquei de acordo com as Leis, como é que esses Fundos Municipais são atribuídos. Portanto, se Macedo estava em 2023 na 1ª posição deste ranking, ou seja, de todos os concelhos da NUT Terra Trás-os-Montes foi o concelho que mais subiu no potencial de coleta desses fundos, e em 2024 passa para a 6ª posição, e ao mesmo tempo, o Senhor Presidente, diz que Macedo tem mais indústria, mais comércio, mais trabalhadores, mais tudo, das duas uma, Senhor Presidente, ou existe aqui algum subterfúgio por parte destas empresas e deste comércio que não pagam impostos, o que faz com que Macedo não colete mais em termos de Fundos Municipais, ou então alguma informação está aqui muito mal explicada, porque é exatamente dessa forma que funcionam os Fundos Municipais e, não devia ser preciso, eu vir aqui explicar isto. Para quem não sabe os Fundos municipais crescem com o aumento da dinâmica comercial, a dinâmica de coleta de IVA, IRS e IRC. Portanto para que essa dinâmica cresça, tem que haver mais dinâmica em termos de comércio, em termos de transações, e é por isso que eu digo que há aqui alguma coisa que não está bem explicado alguma coisa não está aqui bem explicado. -----

O Sr. Presidente falou-me aqui também no número de Empresas com a densidade Empresarial em Macedo mas eu não falei nisso, senhor Presidente, mas a verdade é uma, o número de empresas por Km2 em Macedo de 2022 para 2023 diminuiu 2,2%, o que quer dizer que no mesmo território, há menos Empresas e os números que eu lhe dei, que são do INE e que são da PORDATA, têm o número de Empresas que fecharam no concelho de Macedo. Para além disso, o volume de negócio que também diminuiu, o número de trabalhadores que também diminuiu a proporção de Empresas Individuais, ou seja, que são Empresários em nome Individual que do ano de 2022 para o ano de 2023 também diminuiu 2,22%, a única coisa que não houve variação foram as empresas com menos de 10 trabalhadores que se manteve ao mesmo número. E o Sr. Presidente vem aqui elencar o sucesso de Empresários do Concelho



e bem. Sabe o que isso quer dizer Sr. Presidente? Quer dizer que, apesar de todas as políticas que foram adotadas nos últimos anos (últimos 8 anos), porque eu reporto sempre a 2017 que foi o ano em que este Executivo começou a governar e, quanto a mim foram os piores anos que Macedo teve até à data, e isso só prova, Sr. Presidente, que esses Empresários, apesar de toda essa dinâmica fraca, não desistiram do seu território, continuam a investir. E mais Sr. Presidente, os Lotes da Zona Industrial grande parte dos que o Senhor Presidente elencou aqui, que foram adquiridos recentemente na Zona Industrial, pertencem a Empresas que já existem na Zona Industrial, não são Empresas novas. Eu até gostava de saber quantas Empresas novas, o Sr. Presidente conseguiu captar no seu durante os seus mandatos. Para terminar dizer-lhe que em 2013, o setor secundário que é a indústria representava no concelho de Macedo, 26,2%, sabe quanto representa em 2021 18%.” -----

**SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** - *Que usando da palavra disse:* “ Senhor Presidente, agradeço as suas palavras sobre a minha carreira política mas nesta casa, sou Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, não estou em campanha, ou de olho posto nas próximas eleições no tempo, no tempo certo lá chegaremos. -----

Para já dizer-lhe que as pessoas, os fregueses de Macedo de Cavaleiros, Travanca e Nogueirinha, mais uma vez que fique claro, e eu disse há bocado que aplaudi a iniciativa da União de Mutualidades Portuguesas e a parceria com os Municípios de Macedo, Bragança e Mirandela, só discordei apenas do local de implementação. Não estou a colocar em causa a importância das gentes dos outros Municípios. Não, mas para mim, enquanto Presidente de Junta de Macedo de Cavaleiros, Travanca e Nogueirinha, está em causa a importância das minhas gentes, essas sim, elegeram-me para defender os direitos e interesses deles, não dos municípios vizinhos, e eu tenho dúvidas que os habitantes de Travanca prefiram este projeto de saúde mental, que tem como principal ferramenta arte-terapia para desenvolver competências, sócio-emocionais nos jovens. Por muito que eu gostaria que em todas as Freguesias houvesse mais jovens, obviamente, esse não é um facto, porque infelizmente, todos sabemos que as nossas Freguesias estão a envelhecer e Travanca, não é exceção. Criar um Gabinete Social disponibilizaria serviço de atendimento e acompanhamento da população, construir um Centro de Convívio e Apoio Social, um Espaço Inter-geracional, onde todos se possam envolver e participar, estabelecer uma rede de parcerias formais ou informais, para realizar atividades conjuntas, promover a socialização, mitigando, o isolamento e favorecendo, interesse entre gerações, desenvolver o respeito, a admiração dos mais novos pelos mais velhos e estes



*Handwritten signature and initials*

perceberem que também são importantes no território, potenciar a recolha e preservação de tradições, canções, atividades dos mesmos que existem Travanca, jogos, etc, promover atividades ao ar livre, jogos tradicionais, etc, criar ateliers e atividades de acordo com a preferência da população. Os materiais e produtos criados em ateliers seriam posteriormente expostos nas feiras de artesanato, eventos organizados pela Junta ou até pelo Município. Fomentar a apetência nos mais novos e nos mais velhos e nos menos jovens para voluntariado, promover a prática do desporto e combater o sedentarismo. Vai-me dizer que projeto vai fazer isto tudo? É que este era o projeto que nós tínhamos para Travanca. E eu pergunto: fomos ouvidos? É que eu entendo o timing Senhor Presidente, e muito bem e é um bom projeto, não estou a dizer que não, mas o timing não justifica a violação grosseira dos deveres de Cooperação e Colaboração Institucionais. Não fomos ouvidos nem tidos, mas esse abaixo-assinado que está aí e não são só essas 300 pessoas, estão dispostas a falar consigo e de certeza que lhe vai "vender" da melhor forma, este projeto." -----

**DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS)** - *Que usando da palavra disse:* " Senhor Presidente tenho 3 perguntas muito sucintas: relativamente à Zona Industrial, dizer-lhe que ainda bem que estamos a reocupar os lotes disponíveis, vamos aproveitar este momento para apontar quando é que concluímos a Zona Industrial existente, ou vamos avançar para Expansão sem terminar esta? -----

Segunda questão: referiu 16 novos fogos no âmbito do Primeiro Direito, referiu que o trabalho já se encontra feito, o que é ótimo, mas, lembro que começamos a falar, disto em sede de Assembleia, e penso que não estou errada, em 2022, mas não podemos falar do que chega até nós e a informação disponibilizada Bairro da Alegria. -----

Por último, e isto é mera curiosidade, referiu a aprovação do financiamento para os Condomínios de Aldeia e numa pesquisa muito rápida no site oficial da Direção-Geral do Território, penso que será porque o mapa está desatualizado, com certeza, nós (Macedo) não aparecemos lá sinalizados. Podíamos indicar, por favor, quando é que foi aprovado? "-----

**MARIA JOSÉ VIEIRA TEODORO MORENO (PSD)** - *Que usando da palavra disse:* "Reitero as palavras da Senhora vereadora Clementina Gemelgo em relação ao Carnaval, dizendo: Não. Ninguém aqui é contra o Carnaval de Podence, antes pelo contrário, o Carnaval é o ex-libris deste concelho e movimenta. A incúria de que eu falei, o Senhor Presidente diga-me uma coisa. O senhor começou o seu mandato quando? Que eu saiba foi em outubro de 2017 e já existia um projeto embrionário para

a candidatura ou não, Patrícia? Existia. Até aí não haveria a hipótese do Senhor ter feito algo até à data? Sim, porque todos os anos era sempre a mesma coisa por causa dos terrenos e fazer com que houvesse uma legitimidade da Câmara em relação aos mesmos? Com todo o respeito, mas é engraçado, acho o senhor errou a profissão, porque o senhor devia dar um advogado brilhante, pelo menos a nível de oratória, porque consegue dar a volta às coisas e à sua maneira. Mas houve as 7 maravilhas em agosto de 2017, houve aquelas varandas que o Senhor apregoa e o senhor ganhou as eleições em outubro, e portanto já teve 8 anos para legalizar os terrenos, enquanto, que o Executivo que o antecedeu, tinha 2 meses para tirar as terras. No que diz respeito, à facilidade de construção, sim senhora, esqueceu-se de um grande pormenor, nós estávamos numa situação económico-financeira brutal que veio a Troika que veio para cá, pela mão do seu partido, do engenheiro José Sócrates, e nessa altura não havia ninguém, não havia dinheiro, nem havia um mês sequer se não entrasse outro Governo para os salários públicos. Por isso, Senhor Presidente, o senhor não fez mais nada do que o seu dever, você ganhou as eleições com o veredicto do povo. Ótimo. Excelente. Agora não se desculpe, com coisas atrasadas nem se desculpe por aquilo que não fez, ou que não vai fazer, porque a nível de dívida e a nível de pagamentos, se o senhor vai pagar, outros vão pagar e outros deram-lhe uma mão política, porque se chega ao fim, quando se perde umas eleições, chega se ao fim fazem-se as conjunturas dos orçamentos, para se fazer a faturação para se pagar, e iam pagar-se na mesma, simplesmente o orçamento negativo é que estragou tudo, porque foi mal informado Senhor Presidente. Senhor Presidente vamos ser claros, e digo-lhe uma coisa, estou aqui sem problema nenhum, eu gosto imenso de falar nesse aspeto, gosto de política, tenho jogo de cintura e eu não emprenho pelos ouvidos e digo-vos uma coisa, o que é e o que não é, não é. Nós temos que ser claros, corretos, concisos e realistas.” -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** - *Que usando da palavra disse:* “ em primeiro lugar quero fazer aqui um aparte. E o primeiro aparte. É que descobri o seu furo o Senhor Presidente. O Senhor Presidente, está à espera que as terras de Podence sejam classificadas como “terras raras”, e então o Presidente Trump vem aqui comprá-las, em vez de ir à Ucrânia, resolve o problema, porque com tanta polémica são terras raras de certeza e devem valer muito dinheiro. O outro aparte é sobre a sua carreira, porque o senhor é médico, e a Deputada Maria José já quer fazer de si advogado, e eu tinha aqui uma proposta para si, como ator. Portanto, ainda não foram as eleições e já toda a gente lhe quer arranjar um emprego. -----

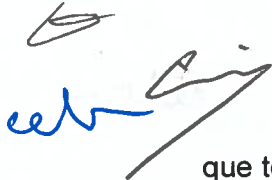


*Handwritten signature*

Agora falando de coisas sérias na minha opinião, na Presidência dos Municípios, há várias posturas que eu acho que se enquadram. A primeira é aquele Presidente que é 100% político, mas vendo a política como uma atividade nobre. E esses Presidentes conseguem um sucesso em todas as áreas, seja ele de direita, seja ele de esquerda. Depois há aqueles Presidentes que são atores políticos, podem ter 50% de atores e 50% de políticos e, lá vão tendo algum sucesso também, e depois há aqueles presidentes que são 100% atores. Eu venho aqui só relembrar-lhe que na última Assembleia, eu falei de 2 factos: - o primeiro facto eram os Lusos que o Senhor Presidente já nem sabia quem eram os Lusos, mas os Lusos eram uma equipa de Famalicão, que vinha aqui dinamizar a nossa terra e a jogar aqui iam chegar às carreiras profissionais, aliás, o campo sintético foi feito para essa gente, correto? Mas na verdade o Senhor Presidente, já nem sabia o que era, mas foi-nos vendida essa ideia, que vinham para aqui dinamizar a nossa terra, e todos os fins-de-semana ia haver futebol, mas isso foi uma falácia, foi um engano. A segunda situação é o futebol de praia, havia futebol de praia a toda a hora e, aliás, tem lá uma hipótese de fazer uma Candidatura, porque a bancada pode ser Candidatada como a bancada com menos utilização da Europa. Eu falei um nestas 2 situações e a resposta do Senhor Presidente até é digna de um Óscar, ao responder "...pois estou a ver no desporto tenho muito orgulho no nosso Rui Borges, treinador do Sporting, que é de Mirandela. E eu pergunto - que tem a ver o nosso Rui Borges, não é galáctico nenhum, o seu galáctico é um Rui, mas não é este. -----  
O Senhor Presidente, respondeu portanto que tenha muito orgulho, mas olhe que eu também, apesar de não ser sportinguista. Mas questiono: - o que é que ele tem a ver com os Lusos e com o futebol de praia? Senhor Presidente sobre estas coisas gostava que fizesse a ligação entre os Lusos e o Futebol de Praia e onde é que o Município de Macedo teve alguma influência no percurso como homem e como desportista do Sr. Rui Borges." -----

**MARIA DA ASSUNÇÃO GEMELGO CORREIA (PSD)** - *Que usando da palavra disse:*

" Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu coloquei o braço no ar, para fazer uma interpelação à mesa, e aquilo que venho aqui dizer é que não pode, ninguém, nem mesmo o Senhor Presidente da Câmara vir aqui insinuar que tem mensagens de militantes e que as pode trazer aqui a comprovar e a comprometer, pois se as tem existe o Tribunal para esse efeito. São insinuações deste tipo, que não podem ser permitidas neste Órgão, não podem. Isto também acontece muito, porque o tempo do Senhor Presidente da Câmara Municipal não termina, pois se falam 5 deputados, tem



que ter 5 vezes os 5 minutos. Não tem que ter 1 hora, porque senão daqui a nada é o Senhor Presidente que usam este palco para fazer campanha política, porque foi o que fez aqui. Tenho dito." -----  
-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para que respondesse aos Srs. Deputados Municipais. Assim, relativamente à intervenção do Deputado Cláudio Trovisco disse: "obviamente que nós aqui podemos usar a informação estatística que disponibilizamos como muito bem entendermos, e o Sr. Deputado fala do FEF e de verbas da captação de fundos para os Municípios. Dizer-lhe que de facto é muito fácil compararmo-nos, como disse e muito bem, com outros Municípios. Eu próprio gosto de me comparar com os outros municípios e o Sr. Deputado disse aqui, e disse muito bem que em 2023, nós estávamos no topo, o que significa que nós temos que manter a estabilidade, mas não pode haver um momento de fragilidade e de queda em 2024? Traga-nos esses números comparativos porque eu só sigo os números disponíveis tanto nas Empresas como na Faturação, como também em todos os outros valores, sejam sociais, habitação e outros. Falou aqui e muito bem, na questão Financeira e nas Empresas e fez uma comparação com os concelhos vizinhos, depois falou na população empregada e aqui eu posso afirmar que as nossas empresas produzem mais, com menos empregados, e temos que ter orgulho com essa boa gestão, mas a faturação não tem nada a ver com o número de empregados e o Sr. Deputado sabe perfeitamente que o nosso concelho tem falta de mão-de-obra. Nós estamos neste momento a recrutar, e eu digo-lhe uma coisa, nós temos trabalhadores africanos, alguns deles certamente a estudar também em paralelo, que vão faturando a fazer trabalhos de trolha e trabalhos de marcenaria. Nós temos cá búlgaros, assinei um contrato esta semana com uma búlgara para as escolas e dizem que é uma boa trabalhadora, e toda a gente criticava os búlgaros que era uma desgraça e agora se não forem búlgaros, não temos trabalhadores. Os brasileiros a mesma coisa, sabem que as novas empresas que tem havido, quem são os maiores beneficiários? Brasileiros. E porquê? Porque os nossos não querem fazer estes trabalhos. Agora temos aqui um risco muito grande, isso que disse, é verdade, e eu corroboro. Nós podemos ter aqui uma taxa de sustentabilidade que por acaso, como eu disse, é superior à do Norte do País, mas podemos ter aqui uma taxa de sustentabilidade não garantida com essas novas pequenas empresas. Eu gostava de ver mais jovens, de origem macedense, a constituir empresas e que nós os apoiássemos. É isso que eu quero, e é isso que o EMERGE faz, o Gabinete faz isso juntamente com a



DESTEQUE, trata da captação de jovens para o investimento e para concorrerem a avisos. Nós vamos fazer essas ações a seu tempo, o EMERGE irá tornar público, e vamos fazer nas freguesias também, é esse o nosso propósito, que as pessoas estejam alerta, que as pessoas estejam sensibilizadas para poder ter um crescimento pessoal e familiar e terem outras condições de vida. -----

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Macedo, Sérgio Borges que falou nas competências que vão ser tratadas neste gabinete e neste projeto, penso que são importantíssimos, pois as competências emocionais é do mais importante que há, inclusive nas Instituições Públicas como o Município. Mas agora estamos aqui a focarmos numa população específica, e há uma coisa que eu não posso deixar de parte, é que há um investimento que é um Concurso Nacional que é feito no nosso território. Nós temos a proposta de um investimento semelhante ou pelo menos, um projeto semelhante que a Junta queria construir e eu digo-lhe mais e até lhe faço um desafio, que eu apoio. Faça um Projeto, faça uma Candidatura e eu entrego-vos a Casa dos Magistrados. Querem isso? É muito mais digno e nós temos um projeto que era a casa Inter geracional, com a ambição do projeto que vocês têm e que todos nós temos, acho que podemos construir um projeto comum na Casa dos Magistrados. E eu falo com a gente de Travanca, eu estou para dar a cara que me malhem á vontade, eu quero o melhor para o nosso concelho, vamos pensar nesse projeto. É uma proposta que lhe deixo.-----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Daniela Rebelo dizer-lhe que de facto, há 11 lotes disponíveis, mas atenção, já houve 50 lotes disponíveis, ou mais. Agora houve aqui um processo muito complexo de reversão de Lotes e felizmente, já conseguimos reverter a maioria. Tem havido alguma colaboração dos proprietários, outros nem sequer eram de cá e quando falamos de investimento de fora, nós temos de ser abertos ao investimento todo o lado, mas a verdade é que houve alguns que compraram lotes apenas para especulação imobiliária e vocês sabem que estão alguns, mas não adivinhamos isto e não culpo ninguém, porque eu também já os tive. Nós queremos na nossa ânsia de captar investimento para cá ter os melhores, o problema é que às vezes falha e não culpo ninguém, nem os meus antecessores, pois tenho a certeza que fizeram melhor que podiam, mas às vezes as coisas correm mal. Relativamente à questão daqueles 16 Fogos, há uma coisa que eu queria aqui realçar, andamos a discutir isto desde 2022, muito bem, mas sabe que o IRU tem responsabilidades nisto, o IRU demorou a aprovar, e isto não depende de nós. Relativamente ao Condomínio da Aldeia, eu não tenho aqui a data a data exata, mas ali o nosso chefe de divisão pode dizemos isso, mas acho que foi dia 06 de agosto de

2024. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Maria José Moreno dizer-lhe que eu não queria entrar pela política, pois acho que não vale a pena, mas há uma coisa que lhe quero dizer com toda a sinceridade, eu contrato-a para resolver este problema, e se me conseguir resolver esta questão em meio ano eu não faço a expropriação dos terrenos. Se você resolver está contratada, o Município contrata-a. Quer aceitar o desafio? Eu estou a propor a negociação entre os dois porque até se entendem bem, e portanto deve ser muito fácil para si. -----

Quanto à questão de que o Engenheiro Sócrates trouxe a Troika para aqui, mas eu sei perfeitamente quem queria fazer a intervenção de Saneamento Financeiro, era o anterior Presidente de Câmara Dr. Duarte Moreno, sabíamos disso, pelo menos foi-me afirmado a mim por ele próprio. Agora, se é mentira, não sei. Mas também lhe digo que não fui eu que pedi ao Engenheiro Sócrates para trazer a Troika para aqui. E digo-lhe uma coisa, eu bati o pé e disse que não pedia Saneamento Financeiro para o nosso Município e não pedi, e não quero, e nós estamos a respirar saúde financeira. Pode não ser a melhor, mas conseguimos recuperar uma dívida em quase 10 milhões de euros. -----

E vou-lhe dizer que se não fosse essa performance financeira que nós tivemos e aqui agora fica o elogio à Unidade Financeira, porque se não fosse esta capacidade, nós não teríamos a possibilidade de endividarmos em 2 milhões de euros para aplicar nas Freguesias. A Sr.ª Deputada sabia que nós tínhamos na altura cerca de 700 mil euros de capacidade e agora temos 3 milhões e vamos fazer esse investimento, sabe, onde? Nas aldeias. Relativamente ao Sr. Eng.º Sócrates, só tenho que falar bem dele, com todos os problemas que ele originou e criou há uma coisa que eu nunca na vida vou esquecer e vou morrer com isso, se não fosse o Eng.º Sócrates, não tínhamos a Autoestrada Transmontana, não tínhamos o Túnel do Marão, e nós tínhamos a Manuela Ferreira Leite a querer que não houvesse Autoestrada entre as em Trás-os-Montes, porque Trás-os-Montes não merecia. Isto é política, mas é verdade. E se isto não é verdade, que alguém tenha a coragem para vir aqui dizer que é mentira.-----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Jorge Olaió sobre os Lusos e o Futebol de Praia, eu continuo a dizer que foi um excelente investimento no Futebol de Praia. O Sr. Deputado Municipal tem ido lá durante o verão a ver as pessoas que jogam lá, e os jovens que jogam lá? O Sr. Deputado já lá jogou alguma vez? É a própria Federação Portuguesa de Futebol diz que está ali um grande e belo investimento. -----

Quanto aos Lusos, eu digo-lhe uma coisa, foi um projeto que falhou, ele veio para cá, oxalá ele tivesse vingado, foi uma aposta do vice-presidente e muito bem, quando é uma aposta do Sr. Vice-Presidente é uma aposta da nossa equipa e eu assumo isso,



como assumi na altura. Correu mal, mas há tantas coisas que correm mal, que eu nem quero falar disso, como das Empresas de Imobiliário que também correm mal.” -----  
-----

## ORDEM DO DIA -----

**1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATIVIDADE AUTÁRQUICA NO PERÍODO COMPREENDIDO DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 A 11 DE FEVEREIRO DE 2025, ELABORADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º E NO N.º 4 DO ART.º 35.º, DO ANEXO DA LEI 75/2013. -----**

**Abertas as Inscrições usaram da palavra.-----**  
-----

**MARIA DA ASSUNÇÃO GEMELGO CORREIA (PSD)** - *Que usando da palavra disse:*” Mais uma vez, Senhor Presidente da Assembleia permitiu-se aqui aquilo que não é possível perceber numa discussão como esta que estamos a ter aqui neste Órgão, permitindo que as pessoas falem de lá para cá, permitindo que o Senhor Presidente responda a todos e fazendo-se aqui mais uma vez política, aliás, que terminou bem e brilhantemente o Senhor Presidente, falando das imobiliárias. Não fez política. Fez política limpa. -----

Mas relativamente à informação escrita do Senhor Presidente, na verdade, começo por dizer que, se calhar, é um aviso extemporâneo, mas não, atendendo que à data o Senhor Presidente ainda está na corrida, ao que julgamos saber, porque de repente, ora vai ora vem, mas agora está na corrida à Câmara, portanto, faz sentido esta advertência que eu venho aqui fazer em relação a informação escrita e é uma advertência que não é nova já é velha. Portanto, eu venho aqui renovar para que, se eventualmente, continuar à frente dos destinos do nosso Concelho, que preze um pouquinho pelo cuidado, ou um cuidado maior na informação escrita, nomeadamente na parte que se refere aos eventos ou representações elencadas nas páginas 6 e seguintes. Bem sei que aqui se diz que elas são apresentadas sucintamente, mas não há critério para a apresentação das mesmas. Se na descrição de algumas está a reunião, o objetivo da reunião ou propósito da mesma, há outras, em que nem sei se é reunião, se foi um encontro, se foi um jantar, (só a título de exemplo e nem vou olhar para o papel que aqui tinha escrito, aparece aqui a 24/01 em Mirandela um Congresso de Trás-os-Montes). Na descrição consta tão só “...orador no Congresso de Trás-os-Montes...”. Pergunto. Quem fez esta oratória? Foi o Senhor Presidente, foi algum dos Srs. Vereadores? A Câmara de Mirandela? Fui pesquisar, e de facto percebi que o

Senhor Presidente da Câmara esteve presente neste Congresso, onde houve uma Mesa Redonda com um título, que tinha a ver com o bem-estar das populações nos territórios, em que o Sr. Presidente da Câmara participou, e muito bem. Era simples. Era só acrescentar este tipo de informação aqui era muito mais prático, ficávamos esclarecidos e em nome da transparência e do nosso trabalho, porque recebemos uma série de documentação, temos que analisar com pormenor e depois queremos ver aqui as coisas e o Senhor Presidente disse há bocado que, (agora não quero errar), mas que em num ano visitou ou 200 e tal freguesias, e podia estar aqui neste documento, não está aqui nenhuma visita a qualquer Freguesia este é um exemplo. O que nós queremos é um bocadinho mais de transparência e de cuidado nestes documentos, para nós termos perfeita noção de darmos alguma razão ao Luís quando sabemos o que é mau, mas também queremos ver o que é bom, e de forma clara. -----  
Senhor Presidente, esta minha intervenção é referente a este pedido reiterado que já foi feito várias vezes aqui neste Órgão, dessa necessidade de maior cuidado na elaboração da documentação fornecida para melhor exercício do serviço público que prestamos ao concelho, porque ela é muito importante para nós tomarmos (neste caso por acaso não), mas noutros, decisões muito sérias, como adiante, e a seu tempo veremos.-----

-----  
**A Sr.ª Deputada Maria José Moreno** solicitou a palavra que lhe foi concedida pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** para dizer “O que eu queria vir dizer aqui é o seguinte: Eu neste Órgão sou Deputada Municipal da Assembleia eleita pelo PSD. Eu estou a defender um Partido pelo qual me candidatei. Aqui eu não sou a mulher do Duarte Moreno.-----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção da Deputada Assunção Gemelgo, dizer que de facto, podia haver ali um pouco mais de minúcia nas visitas feitas e nas funções em que estávamos. De facto disse e muito bem, eu fui convidado para uma mesa-redonda e quando se fala em orador, aquilo foi mais uma troca de ideias e, de facto, foi nessa condição que fui convidado e podíamos realmente ter feito essa referência, mas na informação escrita não fazemos a diferenciação entre vereadores, mas passaremos a fazê-lo de forma mais elucidativa. -----  
Relativamente à intervenção da Deputada Maria José Moreno dizer que eu falei no Dr. Duarte, não falei no seu marido. Mas já agora relativamente ao Dr. Duarte, posso dizer que ainda esta semana tive a oportunidade de lhe tecer os maiores elogios num grupo



de amigos a conversar, em que eu disse que foi dos melhores Presidentes de Câmara que tivemos e tem o meu reconhecimento para com ele.” -----  
-----

**2) DECLARAÇÃO: REGISTO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2024: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA a) DO N.º 1 DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA ATUAL REDAÇÃO – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA), EM ARTICULAÇÃO COM O PREVISTO NO ART.º 17.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----**

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do Plenário para conhecimento, a Declaração da Unidade de Finanças de 10.02.2025, que se transcreve. -----

**“ REGISTO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31.12.2024: CONHECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL -----**

Presente a Declaração do Chefe da Unidade de Finanças de 10.02.2025, que se transcreve. - “ *Abílio Rogério Castanheira Pinto*, Chefe da Unidade de Finanças da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, DECLARA, para os fins estipulados na alínea a) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua atual redação – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), em articulação com o previsto no art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua atual redação, que todos os compromissos plurianuais existentes a 31.12.2024, no montante de 2.377.051,83€ (dois milhões, trezentos e setenta e sete mil e cinquenta e um euros e oitenta e três cêntimos), encontram-se devidamente registados na base central de encargos plurianuais, porquanto, foram comunicados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), entidade a quem compete tal registo central, através do “Mapa de Execução Orçamental de Despesa” (coluna de compromissos a transitar e obrigações por pagar) e “Relação dos Compromissos Assumidos e Não Pagos”, em anexo, via Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local – SISAL. -- Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 e n.º 3 do art.º 15 da LCPA, a presente Declaração deverá ser remetida para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, devendo ainda ser publicitada no Portal do Município.” -----  
A Câmara Municipal tomou conhecimento.” -----  
-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----  
-----

**3) DECLARAÇÃO: PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2024: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA b) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA), EM ARTICULAÇÃO COM O PREVISTO NO ART.º 17.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO NA SUA REDAÇÃO ATUAL.** -----

----- *O Sr. Presidente da Assembleia Municipal* colocou à consideração do Plenário para conhecimento, a Declaração da Unidade de Finanças de 10.02.2025, que se transcreve. -----

“PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31.12.2024: CONHECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL -----

Presente a Declaração do Chefe da Unidade de Finanças de 10.02.2025, que se transcreve. - “ *Abílio Rogério Castanheira Pinto*, Chefe da Unidade de Finanças da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, DECLARA, para os fins estipulados na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua atual redação – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), em articulação com o previsto no art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua atual redação, que a 31.12.2024 existiam os seguintes pagamentos e recebimentos, em atraso: -----

I – Pagamentos no valor de 498.835,38€ (quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e cinco euros e trinta e oito cêntimos), conforme “Relação de Encargos Assumidos e não Pagos”, em anexo; II – Recebimentos no valor de 506.560,29€ (quinhentos e seis mil e quinhentos e sessenta euros e vinte e nove cêntimos), conforme “Demonstração da Execução Orçamental da Receita”, em anexo. Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 e n.º 3 do art.º 15 da LCPA, a presente Declaração deverá ser remetida para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, devendo ainda se publicitada no Portal do Município.” -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.” -----  
-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----  
-----



*S. J. Salomé*

**4) DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2025 – 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA: PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----**

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do Plenário da deliberação da Câmara Municipal 10.02.2025, que se transcreve. -----

“DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA. PROPOSTA-----  
Presente a proposta da Vereadora Sónia Salomé de 12.02.2025 que se transcreve: ----

“**Justificação:** -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, institui o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local.---

A NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental – trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução.-----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos aos Documentos Previsionais do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede ao aumento de receitas, inscrição e/ou anulação de projetos/ações do Plano de Investimento e inscrição e/ou anulação de projetos/ações do plano de Atividades.-----

Concretizando.-----

**Ao nível da receita**-----

**Aumento de 427.133,03€**-----

i) Receita corrente: 206.165,23 €-----

ii) Receita capital: 220.967,80 €-----

**Ao nível da despesa** -----

**No documento previsional Plano Plurianual de Investimentos:** -----

i) Valor de aumentos: 473.631,90 €-----

ii) Valor das diminuições: 423.154,64 € -----

**No documento previsional Plano de Atividades Municipal**-----

i) Valor de aumentos: 1.158.234,14 €-----

ii) Valor das diminuições: 781 5788,37 € -----

**No documento previsional orçamento**-----

i) Valor de aumentos: 976.817,12 €-----

ii) Valor das diminuições: 549.684,09 € -----

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal, aprove a presente proposta e, para cumprimento

do disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea c) do Anexo I á Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal"-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta referente à 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2025 e submetê-la a aprovação da próxima Assembleia Municipal. -----

-----*Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Sónia Salomé, Susana Viana, e 3 votos contra (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso).*" -----

----- **Abertas as inscrições, usou da palavra.** -----

-----  
**CARLA ALEXANDRA DIAS MIRANDA (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ venho aqui colocar uma questão que tenho em dúvida, e como não quero ficar com dúvidas, pergunto: nesta Revisão do Orçamento, há lá uma rubrica destinada para o muro de Vale da Porca. Este é um tema que eu já tenho vindo a debater há algum tempo aqui nas Assembleias Municipais, inclusive na Assembleia 27 de Setembro de 2024, abordei este assunto e questioneei, como é que estava a situação. Vi pois essa rubrica e vejo, que está orçamentada no valor de 20.000 euros, mas não sei se essa rubrica é uma empreitada do Município ou se pretendem direcionar esses 20.000 euros para a Junta de Freguesia. É que se a empreitada for do Município, foi um compromisso que vocês fizeram comigo na Assembleia que acabei de referir, se não for, 20.000 euros, como o Senhor Vereador Rui Vilarinho referiu, nem dá para fazer metade do muro, logo, como é óbvio, que é uma obra que cai em “saco roto”, porque na Junta de Freguesia não vamos ter capacidade financeira para suportar a obra na sua totalidade. Logo gostaria que me esclarecessem por favor, se é uma empreitada vossa e se a rubrica que constava o passado que era a pavimentação da rua, e que eu cedi esses 20.000 euros que estavam destinados para a com a construção do muro, não chegavam, como é que agora só vêm 20.000 euros novamente no orçamento? Isto preocupa-me, como é óbvio, e só vinha colocar esta questão, porque, como sabe, é uma obra de primeira necessidade, porque está a comprometer a segurança quer dos habitantes, quer das pessoas que nos visitam, uma vez que obrigatoriamente para entrar na aldeia, têm que passar por essa rua onde o muro se encontra a ruir e vinha colocar estas 2 questões, uma vez que, eu não consegui perceber a quem essa verba estava destinada, e se só estão os 20.000 euros como me tinham dito na Assembleia de 27 de setembro, porque 20.000 euros, vocês sabem que não vai ser possível fazer nada com essa pequena verba.”-----



Gjeli

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu “ Cumpre-nos esclarecer, penso que o compromisso assumido é que o Município faria a obra, e obviamente que esses 20.000 euros foi uma transferência por decisão, mas o nosso objetivo é a segurança da população e, por isso, nós faremos a obra até ao limite até, ou seja, até onde for necessário. Portanto, como sabe, nós temos inclusive rubricas abertas com um euro, depois metemos lá o dinheiro, portanto, isto são apenas instrumentos financeiros.” -----

-----  
**DELIBERAÇÃO A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, por maioria, com 33 (trinta e três) votos a favor, vinte e um (21) votos contra e uma (1) abstenção, aprovar a 1.ª Alteração Modificativa dos Documentos Previsionais do ano 2025. -**  
-----

**5) CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE 2.176.317,16€ PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA F), N.º 1 E N.º 4 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----**

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 18.02.2025, que se transcreve. -----

“ **CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS NO VALOR ATÉ 2.176.317,16 € PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 07 de fevereiro de 2025, que Considerando que: -----

1 – É intenção deste executivo levar a cabo a construção/beneficiação de diversas infraestruturas, bem como a construção de novas infraestruturas essenciais para a revitalização do tecido económico do concelho, o melhoramento da qualidade de vida da população, e o melhoramento das condições de acesso; -----

2 – O Município não dispõe dos meios financeiros adequados para alcançar tal desiderato, dispõe o artigo 51º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei no 73/2013, de 3 de setembro, que os municípios podem contrair empréstimos de médio e longo prazos para aplicação em investimentos. Assim, o município pretende contrair um empréstimo de medio e longo prazos, até ao montante de até 2.176.317,16 € (dois milhões, cento e

setenta e seis mil, trezentos e dezassete euros e dezasseis cêntimos) para cobertura das necessidades de financiamento dos seguintes projetos de investimento: -----

- Vilar do Monte - Saneamento Básico, com estimativa Orçamental de 14.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Chacim - Construção de ETAR do Sobreiró, com estimativa Orçamental de 14.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Zona Oficinal - Pavimentação, com estimativa Orçamental de 24.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Vale de Prados - Pavimentação da Rua da Eira Velha, com estimativa Orçamental de 38.499,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Pinhovelo - Repavimentação Estrada Central, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Pinhovelo - Reabilitação da Estrada de Ligação ao IP2, com estimativa Orçamental de 67.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Estrada Nogueirinha, com estimativa Orçamental de 106.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Traçado Alto de Gradíssimo, com estimativa Orçamental de 69.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Estrada M537 - Cruzamento Espadanedo a Rebordãos, com estimativa Orçamental de 371.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Corujas - Repavimentação de Estrada, com estimativa Orçamental de 203.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Carrapatas - Conclusão de Passeios na Via Central, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Chacim - Pavimentação da Rua de Sto. António, com estimativa Orçamental de 57.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Ferreira - Arruamento da Rua do Vale, com estimativa Orçamental de 29.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1



*Handwritten signature and initials*

- ano; -----
- Grijó - Pavimentação da Rua da Ribeirinha, com estimativa Orçamental de 24.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Grijó - Pavimentação da Rua do Lagar, com estimativa Orçamental de 59.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Lamalonga - Requalificação do Largo das Fragas, com estimativa Orçamental de 49.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Travanca - Ligação Interface a Sta. Bárbara, com estimativa Orçamental de 229.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Lamas - Pavimentação da Rua das Revoltas, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano;---
- Lamas - Pavimentação da Rua das Fontainhas, com estimativa Orçamental de 31.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Olmos - Requalificação da Estrada de Malta, com estimativa Orçamental de 206.849,16 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Peredo - Pavimentação de Rua com Paralelo, com estimativa Orçamental de 21.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Azibeiro - Arruamento, com estimativa Orçamental de 24.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Construção de Passeio na Rua Central, com estimativa Orçamental de 14.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Rua da Fonte do Olmo, com estimativa Orçamental de 78.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Repavimentação da Rua Diretor João de Deus Canedo, com estimativa Orçamental de 29.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano;-----
- Bagueixe - Repavimentação das Ruas da Madalena e São Sebastião, com estimativa Orçamental de 59.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de

execução prevista de até 1 ano;-----

- Vale de Prados - Construção de Passeio de Ligação a Macedo de Cavaleiros, com estimativa Orçamental de 39.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vilarinho de Agrochão - Alargamento do Largo da Freguesia, com estimativa Orçamental de 49.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano;-----
- Vilarinho de Agrochão - Pavimentação da Rua das Hortas, com estimativa Orçamental de 14.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vinhas - Passeios na Rua do Cardal, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Castro Roupal - Pavimentação da Rua de Vale Freixo, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vilarinho de Agrochão - Construção de Muro, com estimativa Orçamental de 13.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Construção do Pavilhão Multiusos - 1a Fase, com estimativa Orçamental de 119.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

3 – O investimento previsto ultrapassa o valor de 10% dos Investimentos previstos no Orçamento do Município para o ano de 2025, nos termos do no 2 do artigo 51o do RFALEI, carece de discussão e autorização prévia da assembleia municipal; -----

4 – O Município cumpre os limites de endividamento previsto no artigo 52.º da referida Lei, conforme mapa anexo – Apuramento da Capacidade de endividamento para 2025. No entanto, salienta-se, por não se encontrar aprovada a conta de gerência do ano 2024 do município e ainda não terem sido comunicados os dados definitivos das entidades relevantes para efeitos de apuramento da dívida total do município, artigo 54.o do RFALEI, estes dados são provisórios, ainda que se estime que as alterações que se venham a registar sejam de pequeno valor, atendendo ao desenrolar da execução orçamental ocorrida ao longo de 2024; -----

A Margem Bruta disponível é de 19.880.385,99 €, a que corresponde nos termos da alínea b) do no 3 do referido artigo a uma capacidade de endividamento de 7.952.154,40 € (corresponde a 40% da margem disponível), na redação conferida pela Lei do Orçamento do Estado para 2024 (artigo 76.o da Lei n.º 82/2023, de 29 de



*Handwritten signature and initials*

dezembro); -----

5 – Nos termos do no 6 do artigo 49o da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos que se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, terão de ser aprovados por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções; -----

6 – Os empréstimos devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos, com respeito ao princípio da estabilidade orçamental e da equidade intergeracional;-----

7 – As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40.º;

8 – Nos termos da Lei, o recurso a financiamento bancário de médio e longo prazos, assim como os respetivos contratos estão sujeitos à aprovação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, bem como a Visto prévio do Tribunal de Contas; -----

9 – O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em pelo menos, três instituições de crédito autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município. -----

Em face do exposto, proponho à Câmara Municipal: -----

1)- A abertura de um procedimento para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, nas seguintes condições: -----

1.1 – Montante: Até 2.176.317,16 €; -----

1.2 – Prazo de 15 anos; -----


1.3 – Período de carência e de utilização do capital de 2 anos, com pagamento apenas de juros; -----

1.4 – Taxa de juro: Taxa variável. A taxa de juro contatual corresponderá à Taxa Euribor a 6 meses, acrescida do Spread proposto (EURIBOR a 6 meses + Spread); ---

1.5 – O empréstimo deverá ser reembolsado em amortizações constantes de capital, com vencimentos mensais; -----

1.6 – A proposta deve mencionar a Taxa Nominal (TAN) e Taxa Anual Efetiva (TAE), bem como o Método de Cálculo de Capital e o Método de Juros; -----

1.7 – Amortização antecipada: O Município de Macedo de Cavaleiros poderá proceder à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar as condições para o efeito; -----



1.8 – Outras: A Proposta deverá mencionar quaisquer encargos indiretos, comissões ou outros custos, não sendo aceites comissões de imobilização. Para efeitos de adjudicação ficará ordenada em lugar mais favorável a proposta que não apresente encargos adicionais; -----

1.9 – Deverá o plano financeiro fazer parte integrante da proposta; -----

1.10 – As propostas deverão ser apresentadas, impreterivelmente até as 17 horas do dia 10 de março de 2025, no Setor de Expediente Geral do Município de Macedo de Cavaleiros, sito no Jardim 1o de Maio em involucro opaco e fechado, devendo conter no exterior do envelope a menção “Proposta para Empréstimo M/L Prazo”. Também podem ser enviadas por correio, desde que entregues na Câmara Municipal até à data limite de apresentação de propostas, não se responsabilizando a autarquia por qualquer atraso nos CTT. As propostas serão abertas no salão nobre desta Autarquia, sito na mesma morada, pelas 10 horas do dia útil imediato ao prazo para apresentação de propostas, podendo estar presentes os concorrentes, desde que mandatados para o efeito; -----

1.11 – Que sejam consultadas as instituições de crédito com balcão físico em Macedo de Cavaleiros (CGD, Millennium/BCP, Santander, Novo Banco, BPI, Caixa Económica Montepio, Geral e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo); -----

1.10 – Que o Júri para efeitos de apreciação de propostas tenha a seguinte constituição: Presidente do Júri, Dra. Isabel Maria Faustino Carvalho, como vogais efetivos, os técnicos municipais, Dra. Célia Cristina Salsas Batista e Dra. Carla Margarida da Costa Palhau e como vogais suplentes, os técnicos municipais, Dra. Helena Joana Queiroga Pinto e Dra. Elisabete Vicente Viegas Morgadinho Madeira Camelo. -----

2)- Aprovar, nos termos do disposto na alínea ccc) do no 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do no 1 do artigo 25.º da referida Lei: -----

2.1 - A autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos até ao montante de 2.176.317,16 €, acompanhada das condições propostas pelas entidades bancárias e do mapa da capacidade de endividamento, nos termos do no 5 do artigo 49.º do RFALEI, aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de setembro.” -----

-----  
Presente a informação n.º 38 da Unidade de Finanças de 18.02.2025, que se transcreve: “ É intenção deste Executivo levar a cabo a construção/beneficiação de diversas infraestruturas, bem como a construção de novas infraestruturas essenciais para a revitalização do tecido económico do concelho, o melhoramento da qualidade



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

de vida da população, e o melhoramento das condições de acesso. Como Município não dispõe dos meios financeiros adequados para alcançar tal desiderato, dispõe o artigo 51.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que os Municípios podem contrair empréstimos de médio e longos prazos para aplicação em investimentos. -----

Assim, o Município pretende contrair um empréstimo de médio e longo prazos, até ao montante de até 2.176.317,16€ (dois milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e dezassete euros e dezasseis cêntimos) para cobertura das necessidades de financiamento dos projetos de investimento, integrantes da *“Proposta de Contratação de um empréstimo de médio e longo prazos no valor até 2.176.317,16€ para financiamento de investimento.”* -----

Junta-se ainda, a esta informação, o cálculo do apuramento do limite da *“Divida Total”* a 01/01/2025.” -----

----- **Parecer do Chefe da Unidade de Finanças de 18.02.2025:** “Atendendo que os projetos/ações constantes da proposta de contratação do empréstimo em apreço são projetos inscritos no Plano de Investimentos, e o valor do empréstimo a contrair é inferior à margem de endividamento disponível, conforme o apuramento da dívida total em anexo e nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e de acordo com a presente informação, coloco à consideração do Sr., Presidente da Câmara Municipal.” -----

----- **Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal:** “Concordo com o parecer. À Câmara Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos apresentada a proposta do Sr. Presidente da Câmara para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos até ao montante de 2.176.317,16 €, para cobertura das necessidades de financiamento para projetos de investimento, submetendo-a à Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea f) do no 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

-----*Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Sónia Salomé, Susana Viana, e 3 votos contra (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso).*” -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.**-----  
-----

**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** - *Que usando da palavra disse:* “ Se a memória não me atraiçoa, tenho bem presente uma sessão da Assembleia Municipal entre os anos 2021/2022 em que foi apresentado com pompa e circunstância, aquele que seria o Plano nas Freguesias mais audacioso de sempre 1 milhão 37 mil 917 euros. O plano que elencava, e bem, dezenas de obras nas muitas Freguesias do concelho, muitas das quais essenciais ao bem-estar e qualidade da vida dos fregueses. Obras prometidas pelo mesmo Executivo que um ano mais tarde, repete a proeza com outro plano de investimentos igualmente audacioso, mas engordado em cerca de 800.000 mil euros. E digo engordado, porque, no final de contas, muitas dessas novas promessas transitaram do plano anterior e, algumas, lamentavelmente, arrastam-se. Era uma mão cheia de intenções com a diferença que, desta vez, o tempo esgotou, não estivéssemos em pleno ano de Eleições. -----  
Desta vez, o mesmo Executivo que “empurrou” obras prometidas durante anos consecutivos, vem novamente expor-se a cumprir com muitas daquelas e novas promessas, mas com a condicionante semelhante a todos os anos anteriores, não têm dinheiro para o fazer. Estas obras, como todas as prometidas e cumpridas em anos anteriores, são essenciais, mas também o é a seriedade que se espera de todos. E ser sério, não é isto. Ser sério, não pode ser prometer este mundo e mais algum no ano em que é decisivo para o futuro do nosso concelho, na tentativa de convencer o eleitorado a tomar uma decisão com base na falsa afirmação de que não havia no passado capacidade de executar a obra. Ser sério não é promover a sazonalidade na governação por opção estratégica, meramente eleitoralista. Espera-se muito mais do grupo de eleitos a quem o povo do auge de um ato democrático dão voto de confiança. Se não vejamos o valor total do empréstimo que vem à Assembleia é de 2 milhões, 176 mil, 317 euros e 16 cêntimos, no entanto, em anos anteriores, tal como agora, apesar de não haver dinheiro, havia também outra ferramenta que podia ter sido utilizada a Capacidade de Endividamento do Município. De acordo com as minhas contas a 31/12/2020, a capacidade de endividamento do Município era de 2 milhões, 84mil e 986 euros, ainda não chegava bem para aquilo que se pretende. A 31/12/2021 o mesmo seria de 2 milhões, 360 mil e 244 euros, já chegava. A 31/12/2022 mais robusta, era de 3 milhões, 614 euros e finalmente, a 31/ 12/2023 o Município podia contrair dívida até 3 milhões, 256 mil e 328 euros. Se assim era, digam-me então, porque é que não se executou tudo aquilo que até agora prometeram, porque é que obrigaram os fregueses de cada uma destas aldeias de Macedo a viver em condições



menos dignas? Porque é que os fizeram esperar em vez de dar aquilo que lhes era devido no primeiro momento em que reuniram condições para contrair dívida? Porque é que obrigaram os fregueses Vilar do Monte a viver desde 2021 com necessidade de intervenção no saneamento básico? Os de Chacim sem a ETAR que tanta falta faz? Os de Pinhovelo a quem foi prometida vezes sem conta a recuperação do Largo das estradas? Os de Espadanedo que circulam há anos pela danificada EM537, ou os de Corujas cujas ruas foram completamente esquecidas após a substituição da rede, e a todos fregueses das outras aldeias? Que bem aprenderam a lição com o ex-ministro das Finanças que, durante anos reduziu os serviços públicos ao caos, em troca de um superavit para poder impressionar os colegas de bancada. Só que, neste caso, ainda há muito para estudar, uma vez que faltam, nos diversos anexos enviados em que constam em desenho, a respetiva estimativa orçamental das diversas propostas, elementos referentes às seguintes obras: - Vilar do Monte, Saneamento Básico, são 14 999 euros; - Chacim Construção da ETAR de Sobreiró, 14 999 euros; - Lamalonga Largo das Fragas 49 999, Azibeiro; - Arruamento 24 999 euros; - Vilarinho de Agrochão o alargamento do Largo, 49 999 euros, no total de 154 mil, 995 euros. Nenhuma destas obras tem suporte nos anexos que foram enviados com a documentação. Tal como falta no anexo que respeita ao Pavilhão Multi-despertar para Talhas, o devido mapa de estimativa orçamental, executado à semelhança dos outros de forma articulada e com detalhe. Mas para o caso de não achar isso o suficiente, esclareço o seguinte: de acordo com a alínea 4 do artigo 25.º da Lei 75/2013, e cito: "... pedidos deste tipo devem obrigatoriamente, ser acompanhados de informação clara sobre as condições praticadas em pelo menos 3 Instituições de Crédito autorizadas por Lei a conceder o mesmo...", e posteriormente, antes da contratação do empréstimo de acordo com a alínea 6 do artigo, 49.º da Lei 73/2013, que sustenta o Regime de Crédito dos Municípios indicando que, e cito novamente: "...o recurso a financiamento bancário a médio e longo prazos, assim como os respetivos contratos, estão sujeitos à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, bem como a visto prévio do Tribunal de Contas...". ----- Ora, pelo que me foi facultado pela documentação que me foi enviada, não constava na documentação enviada as 3 propostas das Instituições Bancárias, tal como obriga a Lei que eu referi. Estão, portanto, a pedir-nos, das duas uma, ou estão a pedir-nos novamente um cheque em branco, pois pedem para que aprovemos a contração do empréstimo a 15 anos sem que tenhamos na mão elementos essenciais e obrigatórios por Lei, para poder cumprir a nossa função de forma correta e devidamente fundamentada, pedem-nos, à semelhança do passado, que votemos algo que não



cumpre com os trâmites de legalidade a que está sujeito, pedem-nos, portanto, que ignoremos a Lei. O ditado diz que "...a pressa é inimiga da perfeição..." e este, é o exemplo perfeito disso. Reitero que somos completamente a favor de toda e qualquer intervenção no concelho, cuja finalidade seja melhorar as condições de vida dos macedense, mas a Lei existe e é para cumprir e por aqui já se incumpriu vezes demais. E, por tudo o que aqui elenquei, aconselho à retirada deste ponto e, conseqüentemente, do próximo e apelo a todos os que nos ouvem para que avaliem seriamente o caminho que nos tem sido traçado pelo Executivo que durante 3 anos, se limitou a preparar terreno para no último ano, tentar reparar o completo falhanço daquela que era a sua obrigação, olhar pelos mesmos cidadãos que lhe deram um voto de confiança, mas a tempo inteiro." -----

**MANUEL ANTÓNIO DE Sá MICO (PS)** – Que disse: " Relativamente à contratação do empréstimo a longo e médio prazo o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente e vou elencar aqui coisas porque às vezes parece que as pessoas perdem a memória. -----

No último Orçamento, antes de esta Câmara entrar em funções, faziam-se obras que nem orçamentadas estavam, como foi o caso de colocarem o tapete numa estrada que toda a gente sabe que custou 90 mil euros, mas nem orçamentada estava, nem sequer havia nada referente à mesma mas a verdade é que foi feita. Mas as pessoas esquecem-se destas coisas e depois veem para aqui com a retórica que está mal. Mas, o Executivo decidiu fazer neste ano, como podia ter feito no passado, mas pode fazer agora porque tem capacidade de endividamento para o fazer. No entanto não se pode estar aqui a dizer assim, "nós queremos fazer obras, mas somos contra o empréstimo". Assim, vale mais dizerem " não sabemos muito bem. Por uma via não podemos dizer às pessoas que não queremos porque fica mal dizer-lhes que não queremos que sejam feitas as obras nas suas Freguesias, mas por outro lado não gostamos muito que façam este empréstimo". -----

Depois na devida altura o povo vai julgar estas coisas todas, e vai dizer se o Executivo tinha ou não razão tinha razão. Agora, para fazer obras, é preciso, termos dinheiro para ter dinheiro é preciso pedir um empréstimo, e eu acho que isto é mais que evidente. Relativamente ao outro empréstimo, ele funciona como uma conta com caucionada e, todas as câmaras têm isto, e ele nem é utilizado, porque no final do ano volta a ser posto de lado e só é contraído para prevenir por alguma eventual emergência. Todas as Câmaras fazem isso, então porque é que estamos nós aqui a ser demagógicos? Depois criticam porque só vão fazer parte do troço daquela estrada que liga para Ferreira mas esquecem-se que no tempo em que havia dinheiro e que a



União Europeia pagava e bem, o Executivo da altura decidiu fazer a estrada, de Vilarinho do Monte, por opção política. Mas agora, o dinheiro que vai ser gasto nesta estrada é da Câmara, não é da União Europeia, o que significa que vai sair do Orçamento do Município, e vão gastar-se nesta estrada cerca de 600 mil euros, portanto é demagogia dizer-se que tínhamos hipótese de fazer a estrada toda, mas dizem isso e disseram-no nas Arcas dizer essas coisas, mas esquecem-se que há 15 ou 16 anos atrás, optaram por fazer de Vilarinho do Monte, como já referi, e não fizeram aquela. São portanto opções políticas que eu não condeno, porque nessa altura as duas estradas precisavam de ser intervencionadas e até havia dinheiros Comunitários para as fazerem e não souberam aproveitar tal como para fazer o sintético também havia dinheiros Comunitários e não os aproveitaram e a depois a Câmara teve gastava lá aquele dinheiro. Agora temos que ser sérios e o dia de as pessoas decidirem e julgarem o Executivo chegará.” -----

-----  
**MARIA DA ASSUNÇÃO GEMELGO CORREIA (PSD) - Que usando da palavra disse:**

“ Eu não sou da área da contabilidade, nem pouco mais ou menos, e portanto as Contas passam-me um bocado ao lado, mas percebi que o Deputado Cláudio Trovisco expôs aqui duas ideias chave, que vão no sentido de que o Executivo já podia ter feito este Empréstimo e quiçá estar a executar as obras e algumas já estarem executadas, porque tinha capacidade de endividamento já há uns anos atrás. -----

Primeiro ponto: começou por dizer que não é contra as obras, e que estas obras são essenciais, são fundamentais, são uma necessidade são uma prioridade e elas devem ser feitas. E por isso, ele disse que já deviam ter sido feitas lá atrás, porque as pessoas não tinham que estar este tempo à espera. Mas acabou de dizer Deputado Manuel Mico que são prioridades políticas, e isso também se entende. Outros Executivos, como acabou de referir aqui tomaram decisões questionáveis no vosso ponto de vista e agora para nós estas, também são questionáveis e são válidas, tão válidas quanto as vossas. -----

Portanto vamos lá sintetizar isto, e estou aqui, em nome da bancada do PSD. É clara a nossa posição a favor do desenvolvimento económico do concelho, conforme se refere na informação, reconhecemos a necessidade do investimento nas nossas freguesias e no nosso concelho, por isso a execução destas obras e do empréstimo são necessários para que as mesmas sejam executadas e, como se disse, já devia ter vindo a este Órgão há mais tempo, ou já poderiam ter vindo, mas veio agora. -----

Podemos dizer aqui que que é uma medida eleitoralista. É questionável, mas eu também partilho dessa opinião e acho que sim, e qualquer um pode entendê-la assim,



e u também a entendo. Porém, o que o Deputado Cláudio Trovisco veio aqui chamar à atenção é que nesta informação para que nós possamos votar, ela contém ilegalidades e agora entra aqui, a minha pessoa, que eu não quero incorrer em mais nenhuma ilegalidade, porque ela sabe-me a 6.000 euros. Diz aqui expressamente no ponto 9 que é obrigatório, nós termos 3 propostas das Entidades de Crédito e elas não estão aqui e, portanto, não estão reunidas as condições para nós fazermos esta votação, daí que o Deputado Cláudio Trovisco, e eu agora em nome da bancada do PSD, venho sugerir que sejam retirados da ordem de trabalhos os pontos 5 e 6 para que eles possam voltar aos serviços e vir ao nosso conhecimento como deve ser.” -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondendo a estas intervenções disse: “ Relativamente ao processo e fazendo a resposta em bloco, sobre a legalidade ou não do processo, eu acho bem que o leiam toda a argumentação que vai na informação que vos é entregue. Mas eu não consigo acreditar o que os meus serviços, que ainda agora acabei de elogiar, cometessem uma imprudência dessas. Esta proposta veio hoje a esta Assembleia para autorização do início do procedimento, depois tem de ser agendado para reunião de Câmara e vem novamente aqui à Assembleia Municipal. Portanto, vocês têm conselheiros financeiros, aconselhem-se, porque eu não vou retirar o ponto e vocês podem não votar, com o compromisso de que as pessoas sabem que vocês estão a comprometer o investimento nas aldeias, quando vem para aqui propalar que não fazemos investimento nas aldeias. Peço desculpa mas é assim que eu vejo as coisas, e eu até prova em contrário, acredito nos meus serviços, e não acredito que viesse aqui uma imprudência dessas. E digo-vos mais, se vocês tiverem razão, eu até pondero retirar o ponto, mas eu continuo a ter os meus serviços a dizer que está certo. Agora, eu não sabia é que vocês sabem mais da parte financeira do que a minha Unidade Financeira, relativamente à legalidade dos procedimentos a ter. Portanto eu peço autorização ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** para que o **Chefe da Unidade Financeira** do Município possa vir aqui fazer este esclarecimento.” -----

Concedida a palavra ao **Chefe da Unidade de Finanças, Abílio Castanheira Pinto**, prestou o seguinte esclarecimento: “ Relativamente a este ponto, está aqui na proposta do ponto 2.1, a solicitar a autorização para a contratação de um empréstimo, com esta finalidade, que está elencada por várias empreitadas que estão aqui a ser sugeridas. Se esta Assembleia aprovar esta proposta, segue já amanhã para as



*Handwritten signatures and initials*

Instituições Bancárias sediadas em Macedo de Cavaleiros, a proposta para concorrer a este empréstimo para que concorram e digam qual é a taxa aplicável. Posteriormente é analisada depois os serviços informam qual é a taxa mais beneficiária, vai á reunião de câmara para adjudicar à melhor proposta e depois vem à assembleia no mês de abril para vocês confirmarem adjudicação. Só a partir daí é que se desenvolve o processo para ir para o Tribunal de Contas e só quando o Tribunal de Contas visar é que é inserida e reforçada no Orçamento com base no visto, ou não do Tribunal de Contas.” -----

**MARIA DA ASSUNÇÃO GEMELGO CORREIA (PSD)** - Usando da palavra disse: “ A primeira pergunta é: se então é só isso era obrigatório vir aqui com a informação expressa no ponto 9 e cito “...o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em pelo menos 3 instituições de crédito autorizadas por Lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento...” O mapa está cá, e a outra condicionante não está porquê? Para nós isto, não está claro e, portanto, eu pessoalmente vou votar contra, a bancada do PSD votará contra, em princípio, mas eu nem sequer votava este ponto, porque ele não está explicito, e isto pode induzir-nos em erro.” -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu novamente a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse: “ Ora, a informação que vocês têm na vossa posse nomeadamente o ponto 9, damos continuidade e depois dessa primeira introdução, diz e cito “...em face do exposto, proponho à Câmara Municipal a abertura de um procedimento para contratação do empréstimo de médio longo prazo, nas seguintes condições...”, então que leitura fazemos disto? Está tudo descrito? Olhem, eu digo-vos uma coisa, eu acredito que está bem feito, e têm aqui tudo bem claro, se vocês não votam, vocês é que sabem mas eu não retiro ponto. “ -----

**JOÃO LUÍS DIOGO SALSAS (PSD)** – Que disse:“ Senhor Presidente eu venho só dizer ao Senhor Presidente, que vou votar contra, não pela legalidade, ou não, pois não percebo nada disso, mas porque não me vai tocar nada a mim, ou seja para a minha Freguesia neste empréstimo.” -----



**DELIBERAÇÃO** A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, por maioria, com 32 (trinta e dois) votos a favor e vinte e três (23) votos contra dos Deputados Municipais: Maria Assunção Gemelgo, Cláudio Trovisco, Maria José Moreno, Paula Martins, José Luís Afonso, Margarida Parra Pires, António Trovisco, Simão Ferreirinha, Carlos Rodrigues, Sandra Franco, Beatriz Pires, Amâncio Rocha, Daniela Rebelo, Manuel Olaio, António José Vila Franca, Francisco Oliveira, Hélder Alves, Betina Gonçalves, Sérgio Borges, Luís Rodrigues, Fátima Raquel Costa, Carlos Maceda e David Martins, autorizar nos termos apresentada a proposta da Câmara Municipal para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos até ao montante de 2.176.317,16 €, para cobertura das necessidades de financiamento para projetos de investimento. ----

**6) AUTORIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE PROJETOS COM FINANCIAMENTO POR EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A MÉDIO E LONGO PRAZOS – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2, ARTIGO 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. -----**

----- *O Sr. Presidente da Assembleia Municipal* colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 18.02.2025, que se transcreve. -----

“ AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS COM FINANCIAMENTO POR EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 07 de fevereiro de 2025, que se transcreve. -----

Considerando que: -----

1. No quadro do disposto no artigo 51º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei no 73/2013, de 3 de setembro Lei no 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Macedo de Cavaleiros pretende contratar um empréstimo de médio e Longo prazo para cobertura das necessidades de financiamento dos seguintes projetos de investimento: -----

-----  
- Vilar do Monte - Saneamento Básico, com estimativa Orçamental de 14.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----



*Handwritten signature*

- Chacim - Construção de ETAR do Sobreiró, com estimativa Orçamental de 14.999,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Zona Oficinal - Pavimentação, com estimativa Orçamental de 24.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vale de Prados - Pavimentação da Rua da Eira Velha, com estimativa Orçamental de 38.499,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Pinhovelo - Repavimentação Estrada Central, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Pinhovelo - Reabilitação da Estrada de Ligação ao IP2, com estimativa Orçamental de 67.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Estrada Nogueirinha, com estimativa Orçamental de 106.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Traçado Alto de Gradíssimo, com estimativa Orçamental de 69.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Estrada M537 - Cruzamento Espadanedo a Rebordãos, com estimativa Orçamental de 371.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Corujas - Repavimentação de Estrada, com estimativa Orçamental de 203.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Carrapatas - Conclusão de Passeios na Via Central, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Chacim - Pavimentação da Rua de Sto. António, com estimativa Orçamental de 57.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Ferreira - Arruamento da Rua do Vale, com estimativa Orçamental de 29.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Grijó - Pavimentação da Rua da Ribeirinha, com estimativa Orçamental de 24.999,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

- Grijó - Pavimentação da Rua do Lagar, com estimativa Orçamental de 59.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Lamalonga - Requalificação do Largo das Fragas, com estimativa Orçamental de 49.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Travanca - Ligação Interface a Sta. Bárbara, com estimativa Orçamental de 229.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Lamas - Pavimentação da Rua das Revoltas, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Lamas - Pavimentação da Rua das Fontainhas, com estimativa Orçamental de 31.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Olmos - Requalificação da Estrada de Malta, com estimativa Orçamental de 206.849,16 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Peredo - Pavimentação de Rua com Paralelo, com estimativa Orçamental de 21.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Azibeiro - Arruamento, com estimativa Orçamental de 24.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Construção de Passeio na Rua Central, com estimativa Orçamental de 14.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Rua da Fonte do Olmo, com estimativa Orçamental de 78.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Repavimentação da Rua Diretor João de Deus Canedo, com estimativa Orçamental de 29.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Bagueixe - Repavimentação das Ruas da Madalena e São Sebastião, com estimativa Orçamental de 59.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vale de Prados - Construção de Passeio de Ligação a Macedo de Cavaleiros, com estimativa Orçamental de 39.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----



*[Handwritten signature]*

- Vilarinho de Agrochão - Alargamento do Largo da Freguesia, com estimativa Orçamental de 49.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vilarinho de Agrochão - Pavimentação da Rua das Hortas, com estimativa Orçamental de 14.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vinhas - Passeios na Rua do Cardal, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Castro Roupal - Pavimentação da Rua de Vale Freixo, com estimativa Orçamental de 19.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Vilarinho de Agrochão - Construção de Muro, com estimativa Orçamental de 13.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----
- Talhas - Construção do Pavilhão Multiusos - 1a Fase, com estimativa Orçamental de 119.999,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, com um prazo de execução prevista de até 1 ano; -----

2 – O investimento previsto ultrapassa o valor de 10% dos Investimentos previstos Orçamento do Município para o ano de 2025, pelo que tem de ser objeto de autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos do no 2 do artigo 51o do RFALEI, -----

Em face do exposto, proponho que a Câmara Municipal: -----

1). Delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do no 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação e aprovação, pela Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro: -----

a) O investimento constante no ponto 1 dos considerandos da presente informação, cujo projetos de execução se encontram em anexo.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, aprovar nos termos apresentada a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à autorização para a execução de projetos com financiamento, por Empréstimo Bancário de médio e longo prazos e, submete-la à apreciação e aprovação, pela Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de

setembro: -----

-----Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Sónia Salomé, Susana Viana, e 3 votos contra (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso)-----

**Abertas as inscrições ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO** A Assembleia Municipal deliberou, nos termos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, por maioria, com 32 (trinta e dois) votos a favor e vinte e três (23) votos contra, autorizar nos termos apresentada a proposta da Câmara Municipal para a execução de projetos com financiamento, por Empréstimo Bancário de médio e longo prazos. -----

**Fez declaração de voto.** -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – “ A minha declaração de voto vai no sentido de que fique registado em ata que eu votei contra. Não tenho nada contra as obras, mas a última vez que vieram aqui dar o peito às balas, e que vieram aqui jurar que estava tudo legal, fiquei ali “entalado” durante 3 anos que nem respirava.” -----

**7 - COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DELIBERAÇÃO DOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 1 DO ARTIGO 26.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 04.02.2025, que se transcreve. -----

“ COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – PROPOSTA. DELIBERAÇÃO-----  
Presente a proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Rui Alexandre Serapicos Vilarinho de 29.01.2025, que se transcreve.-----

“O ordenamento do trânsito revela-se como uma tarefa prioritária, com vista ao desenvolvimento harmonioso e seguro da vida do quotidiano estabelecendo as regras a observar pelos seus utilizadores.-----

O sistema urbano de circulação e estacionamento, pela sua complexidade, exige a



Uj  
cel

implementação de estratégias eficazes para promover um trânsito mais seguro, fluido e sustentável no município.-----

A criação de uma Comissão Municipal de Trânsito surge como uma mediada essencial para coordenar e otimizar as ações voltadas para a gestão do tráfego e implementação de políticas para coordenar e otimizar as ações voltadas para a gestão do tráfego e implementação de políticas públicas de mobilidade e a promoção de um ambiente urbano mais acessível a todos os cidadãos.-----

A Comissão terá como funções principais, para além da elaboração do regulamento Municipal de Trânsito, a análise e proposição de melhorias nas infraestruturas nas infraestruturas viárias. -----

Assim sendo, a criação da Comissão Municipal de Trânsito é uma iniciativa estratégica para garantir um tráfego mais organizado, eficiente e seguro, refletindo diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e na sustentabilidade do nosso município.-----

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, delibere a presente proposta relativamente aos membros **da Comissão Municipal de Trânsito de Macedo de Cavaleiros**, com a posterior submissão á Assembleia Municipal para deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 artigo 26º do regime jurídico das Autarquias Locais:-----

- Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (CMMC) com pelouro “ Proteção Civil”- Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues;-----
- Vereador com pelouro “ vias de comunicação, Trânsito, Estacionamento e Segurança rodoviária” da CMMC – Rui Alexandre Serapicos Vilarinho;-----
- Vereador sem pelouro da CMMC – Edgar Manuel Rodrigues Fragoso;-----
- Chefe de Divisão de Gestão de Frota e Trânsito da CMMC – Vítor António Braz;-----
- Comandante dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros – João Carlos Gouveia Venceslau;-----
- Comandante do posto do GNR de Macedo de Cavaleiros – Miguel Nascimento Dias;-
- Representante da Escola de Condução de Macedo de Cavaleiros – Alcino Alberto Pires Ferreira;-----
- Diretor do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros – Paulo Duarte da Silva Dias.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos presentes aprovar a proposta do Sr. Vice- Presidente da Câmara, Rui Vilarinho, relativamente aos membros da Comissão Municipal de Trânsito de Macedo de Cavaleiros, submetendo-a à Assembleia Municipal para deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 artigo 26º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----  
-----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos apresentada a proposta do Sr. Vice- Presidente da Câmara, Rui Vilarinho, relativamente aos membros da Comissão Municipal de Trânsito de Macedo de Cavaleiros.** -----

**8- REGULAMENTO DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA g), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/203, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 04.02.2025, que se transcreve. -----

“ PROJETO DE REGULAMENTO DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO.

DELIBERAÇÃO:-----

Presente a informação n.º 5/2025 da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos de 22/01/2025, que se transcreve:-----

“Na sequência da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 30 de abril de 2024 foi aprovado o início do procedimento e participação procedimental tendente à elaboração do Projeto de Regulamento de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, anexo à presente informação, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

Nesse sentido, tendo-se observado a tramitação prevista no n.º 1 do art.º 98.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo - CPA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sequência da deliberação do órgão executivo, tomada em reunião de 12 de novembro de 2024, para os efeitos do estatuído no artigo 101.º do CPA, submeteu-se a consulta pública, pelo prazo de 30 dias, o “Projeto de Regulamento de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano”.-----

Em face do exposto, terminado o período de consulta pública, publicitado através do Aviso (extrato) n.º 27044/2024/2, na 2.ª série do Diário da República de 3 de dezembro de 2024, n.º 234 e no sítio institucional do Município, em [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt), que decorreu entre os dias 4 de dezembro de 2024 e 17 de janeiro de 2025, não se tendo registado qualquer sugestão ao Projeto de Regulamento de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1, alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, encontram-se reunidos os pressupostos para que a



*Handwritten signature and initials*

Câmara Municipal aprove o envio do regulamento à Assembleia Municipal para aprovação final, com a subsequente publicação em Diário da República, conforme disposto no art.º 139.º do CPA e art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.”-----

----- Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 13.01.2025: “ À reunião de Câmara para deliberação” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta final do Regulamento de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano submeto-o à próxima Assembleia Municipal para efeitos do disposto do art.º 25.º, n.º 1 alínea g) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, nos termos apresentados pela Câmara Municipal. -----

----- Inserido na Ordem do dia, por unanimidade do plenário, tendo por base a urgência na sua apreciação e deliberação. -----

**9) CRIAÇÃO DE UMA NOVA FREGUESIA – FREGUESIA DE MURÇÓS – POR DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPADANEDO, EDROSO, MURÇÓS E SOUTELO MOURISCO NO ÂMBITO DO ARTIGO 3.º, N.º 1, ALÍNEA b), DA LEI N.º 39/2021, DE 24 DE JUNHO APRECIÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ARTIGO 12.º DA LEI N.º 39/2021, DE 24 DE JUNHO.** -----

-----Presente a Proposta da Assembleia da União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, devidamente instruída com os documentos para a criação de uma nova Freguesia, conforme previsto no n.º 2 do artigo 12.º da referida Lei, que se dão como transcritos, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião. -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** - *Que usando da palavra disse:* “ vou ser bastante rápido, porque este ponto já foi votado há um ano atrás, aquando da desagregação

das Freguesias. A nossa reunião da Assembleia Municipal foi realizada no dia 28 e o prazo de entrada destes processos era até ao dia 21 de dezembro. Então foi uma das razões por que não foi votado o anterior processo (entrou na Assembleia da República fora de prazo). Agora é exatamente a mesma coisa, só muda o nome pois não se pode designar “desagregação da Freguesia de Murçós”, mas sim “Criação da Freguesia de Murçós”, e o processo é exatamente o mesmo e agradecia que respeitassem a vontade do povo de Murçós e que votassem a favor, porque eles querem mesmo com isto muita força.”-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que fez a seguinte intervenção: “ Dizer apenas que estamos todos solidários com Murçós e que isto é um processo em que todos estivemos de acordo. Foi um processo mal conduzido no passado e lá está, as pessoas têm que ser ouvidas e a vontade das populações têm que ser ouvidas e nunca pode haver decisões políticas sem ouvir as partes interessadas, e este é o caso. Portanto, eu estou completamente de acordo, vamos ouvir as pessoas de Murçós, onde eu estive esta semana com o Senhor Presidente e tivemos oportunidade de ouvir as reivindicações das pessoas e da sua vontade. Esta é a vontade popular, e felizmente, o Presidente da União destas Freguesias entende e estamos de acordo na forma como o processo foi conduzido e aqui eu também estou perfeitamente de acordo com a proposta e com a indicação que o Senhor Presidente dá. Nós temos que realmente respeitar a vontade do povo e eu também gostaria que me satisfizessem uma reivindicação deste género para a minha aldeia, se isso acontecesse. Portanto, felizmente, somos freguesia, mas há que respeitar a vontade do povo, havendo condições para isso e havendo a vontade como foi como foi ouvida, isto foi um plenário e as pessoas que estavam manifestaram, a sua vontade. É só esta mensagem solidária que eu deixo para com a Freguesia de Murçós, e com toda a União de Freguesias, porque ao que parece estão todos de acordo e é isso que nós queremos, fica esta solidariedade.” -----

----- **SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** - *Que pediu a palavra para dizer:* “ Senhor Presidente concordo exatamente com todas as palavras que disse aqui e reitero, que eram essas as palavras que eu estava a usar, ou seja, para ouvir a população de Travanca toda que não foi ouvida nem tida nem achada e ainda vai a tempo.” -----



**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal apreciou a referida proposta de criação da Freguesia de Murçós a concretizar-se, pela desagregação da União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, pelo que nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do mesmo diploma legal solicita à Câmara Municipal parecer sobre a referida proposta a ser proferido no prazo de 15 dias úteis sob pena de não o fazendo considerar-se que o parecer é favorável. -----

-----

**III – intervenção do público** (cfr. n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do art.º 49.º do Regimento da Assembleia Municipal). -----

----- **Nada a Registrar.** -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** ainda relativamente à proposta de criação da Freguesia de Murçós prestou ainda a seguinte informação: “ Neste momento, o processo da criação da Freguesia de Murçós vai seguir para a Câmara para confirmar amanhã, e será imediatamente enviado para a Assembleia da República para eles discutirem, e ver se conseguimos que seja aprovado antes da marcação de eleições, por isso foi necessário este processo rápido e quanto mais depressa a Câmara reunisse também, melhor.” -----

----- De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para fazer o seguinte esclarecimento: “ Deixar aqui uma nota a explicar da razão deste pedido de reunião de câmara tão imediato e tão célere, porque, tanto quanto sei, o processo agora é distinto do anterior e os processos serão apreciados em função da entrada na Assembleia da República e já entraram bastantes, portanto, nós temos mesmo que acelerar isto, amanhã vamos decidir, e enviar de imediato para a Assembleia da República, devido aos timings da apreciação.” -----

-----

**APROVAÇÕES EM MINUTA** (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013).-----

-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta os pontos quatro, cinco, seis, sete, oito e nove. -----

---

Eram dezanove horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

Camilo A. Lourenço  
António Vile Falcão  
Celina Madr